



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
PPGDR**

ABRAÃO BATISTA COSTA

**DISCURSOS SOBRE OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO
BRASIL: o caso do Programa Bolsa Família, em Catolé do Rocha/PB**

CAMPINA GRANDE
Junho de 2018

ABRAÃO BATISTA COSTA

**DISCURSOS SOBRE OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO
BRASIL: o caso do Programa Bolsa Família, em Catolé do Rocha/PB**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da Paraíba, Linha de Pesquisa *Estado, Políticas Públicas e Movimentos Sociais*, em cumprimento do requisito final para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Marcionila
Fernandes

CAMPINA GRANDE
Junho de 2018

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

C837d Costa, Abraão Batista.

Discursos sobre os efeitos das políticas públicas de transferência de renda sobre dinâmicas socioeconômicas no Brasil [manuscrito] : o caso do programa bolsa família, em Catolé do Rocha/PB / Abraão Batista Costa. - 2018.

93 p.

Digitado.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, 2018.

"Orientação : Prof. Dr. Marcionila Fernandes, Coordenadora do Curso de Relações Internacionais - CCBSA."

1. Programa Bolsa Família. 2. Dinâmicas socioeconômicas. 3. Políticas públicas.

21. ed. CDD 657.61

ABRAÃO BATISTA COSTA

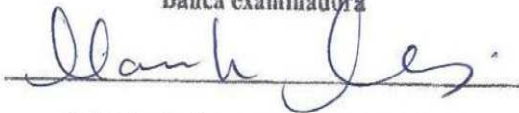
**DISCURSOS SOBRE OS EFEITOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
TRANSFERÊNCIA DE RENDA SOBRE DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NO
BRASIL: o caso do Programa Bolsa Família, em Catolé do Rocha/PB**

Dissertação apresentada ao Mestrado Acadêmico em
Desenvolvimento Regional, da Universidade Estadual da
Paraíba, Linha de Pesquisa *Estado, Políticas Públicas e
Movimentos Sociais*, em cumprimento do requisito final para
a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

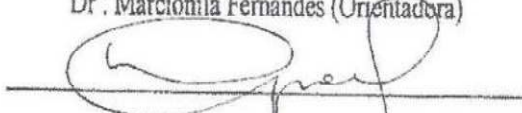
Defesa realizada no dia: 15/06/2018.

Conceito: APROVADO

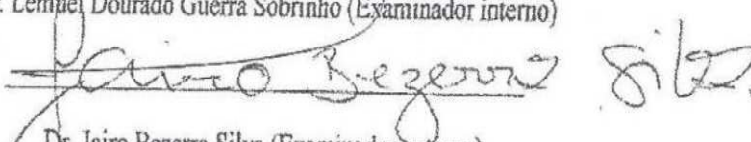
Banca examinadora



Dr.^a Marcionila Fernandes (Orientadora)



Dr. Lemuel Dourado Guerra Sobrinho (Examinador interno)

 silva

Dr. Jairo Bezerra Silva (Examinador externo)

*Ao meu querido filho DANIEL por me ensinar o peso da palavra saudade
Ao meu inesquecível amigo WELLINGTON por nossa caminhada
(In memoriam: Daniel Soares Costa e Wellington Suassuna de Lima)*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por abrir minhas veredas.

À família, pelo apoio incondicional sempre ofertado.

À Universidade Estadual da Paraíba, por ser minha *incubadora*...

À CAPES, pelo suporte financeiro indispensável à realização do curso de Mestrado.

Aos queridos professores (as), grandes mestres (as).

À minha orientadora, pelas contribuições sempre contundentes e brilhantes.

Aos funcionários do PPGDR/UEPB, pela atuação essencial nos bastidores.

Por último, ao meu querido Daniel (*in memoriam*), por me ensinar que a dor pode se transformar em doces e eternas lembranças.

LISTA DE SIGLAS

BC – Brasil Carinhoso
BE – Bolsa Estiagem
BJV - Benefício Jovem Variável
BM – Banco Mundial
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BSM – Brasil Sem Miséria
BV – Bolsa Verde
CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DF – Distrito Federal
EUA - Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FHC – Fernando Henrique Cardoso
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA - Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome
PBF - Programa Bolsa Família
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM - Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB – Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PRM - Programa de Renda Mínima
PRONAF – Programa Nacional de Agricultura Familiar
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT - Partido dos Trabalhadores
PIB – Produto Interno Bruto
PTRs – Programas de Transferências de renda
SENARC - Secretaria Nacional de Renda da Cidadania

Resumo

O objetivo desta pesquisa é analisar como no Brasil têm se construído visões a respeito dos impactos do *Programa Bolsa Família* sobre as dinâmicas socioeconômicas, a partir do estudo da literatura especializada e não especializada e da realização de entrevistas semiestruturadas com uma amostra intencional de residentes na região de Catolé do Rocha/PB, estratificados pelas suas posições no espaço social considerado. Dentre as principais conclusões do trabalho, destacamos as seguintes (1) nos grupos de indivíduos considerados foi predominante a percepção dos efeitos do PBF e da aposentadoria rural sobre as atividades econômicas; (2) entre os não beneficiários encontramos a replicação da ideia do efeito ociosidade do PBF, presente na literatura sobre o programa veiculada em grande parte da mídia; (3) entre as beneficiárias e ex-beneficiárias destacou-se a percepção da importância do PBF em relação à solução do problema da fome; (4) entre as beneficiárias e ex-beneficiárias o efeito ociosidade atribuído ao PBF foi questionado e explicado como não existente; (5) nesse último grupo também se destacou como um efeito importante do PBF a importância da condicionalidade da frequência obrigatória dos filhos à escola.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; Dinâmicas socioeconômicas; Catolé do Rocha/PB

Abstract

The objective of this research is to analyze how in Brazil visions have been constructed regarding the impacts of the Bolsa Família Program on socioeconomic dynamics, based on the study of specialized and non-specialized literature and semi-structured interviews with an intentional sample of residents in the region of Catolé do Rocha / PB, stratified by their positions in the social space in question. Among the main conclusions of the study, we highlight the following (1) in the groups of individuals considered, the perception of the effects of PBF and rural retirement on economic activities was predominant; (2) among the non-beneficiaries we find the replication of the idea of the idleness effect of the PBF, present in the literature on the program broadcast in much of the media; (3) among beneficiaries and ex-beneficiaries, the perception of the importance of the PBF in solving the problem of hunger was highlighted; (4) among the beneficiaries and ex-beneficiaries, the idle effect attributed to the PBF was questioned and explained as non-existent; (5) in this last group also was emphasized as an important effect of the PBF the meaning of conditionality of the compulsory attendance of children to school.

Palavras-chave: Bolsa Família Program; Socioeconomic dynamics; Catolé do Rocha / PB

Sumário

INTRODUÇÃO	11
Origens e questionamentos - uma história de identificação	12
CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E MAIS ESPECIFICAMENTE DO <i>PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</i>	15
CAPÍTULO 2 - VISÕES SOBRE O PBF E SOBRE SUA RELAÇÃO COM AS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA LITERATURA ESPECIALIZADA E NÃO ESPECIALIZADA	20
2.1. Mídia, Igreja, Academia e a <i>arena dos discursos</i> sobre o PBF	27
2.2. As percepções da relação entre o PBF e as dinâmicas socioeconômicas	38
2.3 As percepções sobre o PBF, de acordo com as posições sociais dos indivíduos,	49
CAPÍTULO 3 – BOLSA FAMÍLIA E AS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS	52
3.1. As visões de indivíduos que atuam no setor de comércio de Catolé do Rocha/PB a respeito dos efeitos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas locais	52
3.2. As visões de líderes da Igreja Católica e de Igrejas Evangélicas a respeito dos efeitos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas locais	65
3.3. O PBF e seus efeitos segundo suas beneficiárias	70
3.4. O PBF e seus efeitos segundo suas ex-beneficiárias	76
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
5. REFERÊNCIAS	83

INTRODUÇÃO

As razões que motivam um indivíduo a realizar uma investigação científica podem ser as mais diversas. O cientista é antes de tudo um ser inquieto, e são esses questionamentos que o diferenciam do *homem comum*. Sua inquietação o conduz à formulação de perguntas, à construção de hipóteses e o delineamento de métodos para o levantamento e análise de dados referidos à questão de pesquisa formulada.

As dinâmicas socioeconômicas da região de Catolé do Rocha/PB é algo que aguça há tempos nossa curiosidade, despertando o interesse de entender como o crescimento econômico e a implementação de políticas públicas nessa região eventualmente afetam a sociedade e a economia, bem como a qualidade de vida das pessoas nela residentes.

Católé do Rocha/PB está situada em uma posição estratégica [polarizada] em relação às cidades circunvizinhas, na região do Baixo Sertão do Piranhas, estando a 6° 20' 38 de Latitude Oeste e 37° 44' 48 de Longitude Sul, em uma altitude de 272 metros acima do nível do mar.

O seu privilégio geográfico em relação aos outros municípios se dá pelo fato de estar localizado no centro de uma região polarizada por oito cidades de menor porte. Municípios como Brejo dos Santos; Brejo do Cruz; Belém do Brejo do Cruz; São Bento; Riacho dos Cavalos; Jericó; Mato Grosso e Bom Sucesso todos na Paraíba. Pelo fato de sua posição centralizada geograficamente entre essas cidades, e de maior porte, entendemos que Catolé do Rocha mantém uma posição de destaque no cenário socioeconômico da região.

Com a estagnação econômica ocasionada pelo fim da cultura do algodão na região em meados dos anos 90, Catolé do Rocha/PB foi mais uma das cidades paraibanas que teve que repensar seus rumos econômicos. Sua economia já fragilizada, ainda tem que enfrentar o problema das estiagens, que ciclicamente castiga toda a região semiárida nordestina.

Mesmo diante desses fatores que contribuíram para fazer declinar a economia regional, a cidade tem seus indicadores sociais [como mostraremos mais a frente] ampliados significativamente e sistematicamente desde 1991, com essa tendência se mantendo até o último Censo apresentado pelo IBGE.

Origens e questionamentos - uma história de identificação

Como será exposto mais adiante, em nossa pesquisa buscamos analisar os fenômenos intrínsecos às relações humanas aguçando a percepção cotidiana do fenômeno estudado, com base na ideia de que não existe um *campo exato separado* da produção do conhecimento científico sobre o mundo social.

É nessa linha de raciocínio que buscamos entender como se constroem as percepções da relação entre o PBF e o e as dinâmicas socioeconômicas no Brasil e mais especificamente em Catolé do Rocha/PB.

Esse interesse de pesquisa surgiu com maior intensidade em 2012, ano em que teve início a minha graduação no *campus IV* da UEPB, localizado na referida cidade, e nele o contato com as disciplinas da área de humanas, a exemplo de *Sociologia Rural e Sociologia da Educação*. Esse contato inicial foi o que me motivou para as primeiras observações sociológicas daquela região, chamando atenção a forma como a cidade ganhava impulso econômico e emergia um grupo de indivíduos como portadores de uma renda que anteriormente não possuíam.

Em um projeto de Iniciação Científica, focalizamos os impactos do PBF na vida dos beneficiários, buscando entender como essa política social de transferência de renda era capaz de proporcionar modificações nas condições de vida de indivíduos das camadas socialmente mais vulneráveis da sociedade, e como essas mudanças tinham potencialidades para alterar a paisagem social da região. Sem pretender estabelecer uma relação causal entre a inclusão de uma massa de famílias do PBF e as dinâmicas socioeconômicas de Catolé do Rocha, que nos exigiria uma pesquisa que incluísse a influência de muitos outros fatores relativos às dinâmicas socioeconômicas da região, pensamos em ver como os impactos descritos pelos beneficiários do programa citado e por comerciantes da localidade poderiam apontar indícios de mudanças na qualidade de vida das famílias incluídas e uma associação com o desempenho de atividades econômicas locais.

No último Censo do IBGE (2010), Catolé do Rocha/PB consta com uma população de 28.279 habitantes, deixando-o na posição 1100^a dentre os 5570 municípios brasileiros. Quando comparamos seu número de habitantes dentro do estado da Paraíba essa classificação fica na 17^a posição de um total de 223 municípios listados no referido censo.

Segundo os dados de renda *per capita* mensal, a cidade tinha em 2010, 45,2% de sua população com renda atingindo meio salário mínimo, e isso colocava o município na 15ª *melhor* renda do estado (Cf. IBGE, 2010).

Em 2006 havia em Catolé do Rocha/PB um total de 587 unidades empresariais com CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), envolvendo uma população ocupada de 2398 pessoas com uma renda média de 1,4 salários mínimos. Em 2015, o número de empresas passou de 587 para 634 unidades com CNPJ e a *população ocupada* passa de 2398 pessoas em 2006, em 2015 esse número atingiu a cifra de 3064 pessoas com rendimento médio de 1,5 salários mínimo (Cf. IBGE, 2016).

Outro indicador que merece nossa atenção é o IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal)¹, que inclui em sua base de cálculos variáveis que estão ligadas às melhoras na qualidade de vida das pessoas. Esse índice em 2000 era de 0,495; em 2010 atingiu 0,640 (PNUD/IBGE, 2010).

Vale ressaltar que a educação, uma das variáveis que compõe os cálculos do IDH-M, em Catolé do Rocha teve uma evolução (de 2000 a 2010), que superou os 05 (cinco) melhores Índices de Desenvolvimento Humano da Paraíba [João Pessoa; Cabedelo; Campina Grande; Várzea e Patos]. Entre essas citadas no topo da lista do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do IBGE (2015), Catolé do Rocha obteve uma evolução no período citado, de 65,9%, superior ao de Patos 55,9%; ao de Cabedelo, 49%; ao de Várzea, 45,6%; ao Campina Grande, 40,4% e ao de João Pessoa, com 32,5%.

Quando se buscam os eventuais fatores que influenciaram esse desempenho consideramos, destacamos a implementação do *campus* IV da UEPB em 2004, bem como a possibilidade da influência da condicionalidade da frequência à escola dos filhos das famílias beneficiadas pelos PBF. É evidente que as evidências dessas influências devem ser apresentadas não apenas em termos lógicos-dedutivos, mas também termos quantitativos e mais objetivos. De qualquer modo, são dois fatores com os quais podemos pensar a situação observada.

Ainda outro fato que chamou nossa atenção através da observação direta do espaço foi a reconfiguração do comércio local entre 2012 e 2015. Supermercados foram instalados

¹ Quanto mais esse número se aproxima de 01 (um) melhor é o desenvolvimento humano de uma região.

na cidade nesse período, como também houve uma ampliação no número de lojas especializadas em produtos populares como material escolar, utensílios domésticos, acessórios femininos e confecção.

Sem pretender estabelecer uma relação causal direta entre o PBF e as transformações do cenário de Catolé do Rocha/PB acima descrito, foi nossa intenção de pesquisa coletar e analisar dados a respeito de como os indivíduos, a partir de suas posições sociais na cidade selecionada descrevem, narram os impactos do Programa Bolsa Família sobre as dinâmicas socioeconômicas do município supracitado, inscrevendo-se nosso esforço na construção de uma proposta de análise que considere as referidas dinâmicas em si e suas representações discursivas como arenas nas quais os atores institucionais e não institucionais se enfrentam com suas lógicas ora correspondentes, ora construídas em termos de tensionamento (*Cf. SARDAN et al., 2015*).

As percepções dos atores locais – os beneficiários do PBF, o ex- beneficiários, comerciantes, líderes religiosos – sobre os efeitos do PBF em relação à *ociosidade*, à mobilidade social e a mudanças nos níveis de qualidade de vida das pessoas residentes da cidade – portanto sobre seus impactos sobre as dinâmicas socioeconômicas locais - são aqui focalizadas.

Caminhos metodológicos

O levantamento de dados foi realizado através de dois procedimentos básicos: o primeiro, a coleta de informações relativas a diversos aspectos da economia local, considerada a série temporal que começa em 2004 e termina em 2016; o segundo, a realização de entrevistas estruturadas com uma amostra de indivíduos beneficiários, ex-beneficiários, componentes dos setores das diversas atividades econômicas e setores sociais de Catolé do Rocha, bem como com representantes de órgãos como os de Saúde e educação, e de Igrejas, sobre suas percepções dos efeitos do PBF em relação às dinâmicas socioeconômicas da cidade.

Através da combinação de ações proposta acima, buscamos dados a respeito das seguintes variáveis: a) processos de mobilidade econômica de setores mais pobres da população local; b) os efeitos não planejados do PBF; c) a evolução dos indicadores da

atividade econômica local; e d) as percepções das relações entre a distribuição de renda proporcionada pelo PBF e as dinâmicas socioeconômicas da região analisada, a partir das posições sociais dos atores entrevistados.

Nosso principal objetivo é o de analisar como beneficiários e ex-beneficiários do Programa Bolsa Família/PBF, residentes na região de Catolé do Rocha/PB, e indivíduos não beneficiários da cidade citada descrevem os impactos desse programa e sua relação com as dinâmicas socioeconômicas. Como objetivos específicos, sem pretender estabelecer uma relação causal objetiva entre os PTRs e o desenvolvimento no local escolhido para análise, levantamos dados socioeconômicos referidos à evolução de índices socioeconômicos em Catolé do Rocha/PB, no período que compreende 2004 a 2016; e o de coletar dados sobre como agentes do setor produtivo, beneficiários, ex-beneficiários, agentes do poder público, dentre outros, constroem suas representações dos efeitos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas observadas em Catolé do Rocha/PB.

Para a realização dessa pesquisa delineamos uma metodologia que mescla aspectos quantitativos e qualitativos. Foram levantados dados secundários referidos ao desempenho econômico local, e fizemos entrevistas com uma amostra intencional de residentes da cidade supracitada, estratificados pela posição social, para observar em que medida esta se relaciona com as visões elaboradas pelos entrevistados sobre a relação entre o PBF e as dinâmicas socioeconômicas de Catolé do Rocha.

O plano de estruturação dessa dissertação inclui, além dessa introdução na qual apresentamos nossa proposta de pesquisa, um primeiro capítulo, no qual focalizamos de modo breve a história dos programas de transferência de renda no Brasil, mais especificamente a do PBF. Em seguida, no capítulo dois, apresentamos um painel dos discursos veiculados na bibliografia especializada e não especializada sobre o PBF e seus efeitos sobre dinâmicas socioeconômicas. Em seguida, apresentamos no capítulo três a análise dos dados secundários e primários coletados e as conclusões do estudo, seguidos das referências usadas neste trabalho.

CAPÍTULO 1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DO SURGIMENTO DE PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA NO BRASIL E MAIS ESPECIFICAMENTE DO *PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA*

Altos índices de pobreza, há séculos, vêm se configurando como uma constante em sociedades capitalistas do mundo. Na modernidade capitalista, a alta concentração populacional urbana, as crises cíclicas do sistema, as dinâmicas de estruturação da indústria e da atividade econômica em escala mundial nacional e regional, associadas há má distribuição desigual e concentrada das riquezas oriundas do crescimento econômico, têm sido fatores agravantes de problemas como a insegurança, a violência, a precariedade das condições de amplos setores da população, criando grupos sociais mais vulneráveis configurados como pobres (*cf.* SANTANA, 2007).

Diante dos problemas emergidos em função das desigualdades sociais e econômicas indelévels marcas do regime capitalista, são várias as formas utilizadas para o seu enfrentamento, desde a emergência do estado de bem-estar em países da Europa (*Welfare State*), baseado na intervenção do Estado como articulador de um *pacto societário* destinado a minimizar os efeitos das desigualdades sociais sistêmicas, até a emergência de políticas desenvolvimentistas que incluíram ações de organizações não governamentais e de igrejas, instituições que têm atuado para minimizar os problemas decorrentes da pobreza e da fome em vários pontos do mundo.

No Brasil e na América Latina o *estado de bem-estar* social nunca atingiu sua plenitude, não atacando as estruturas fundamentais que produziram de modo estrutural pobreza e miséria. O modelo de sistema de proteção social adotado na América Latina e no Brasil apenas atendia uma pequena parcela da sociedade que se enquadrava na economia formalizada, e esse fato contribuiu para a exclusão daqueles que não tinham vínculos com o mercado formal de trabalho, como também, daqueles cujos vínculos laborais se davam em situação de subempregos ou empregos precarizados (*Cf.* LAVINAS, 2005).

Diante disso, as camadas pobres da população tornaram-se um grupo social extenso no Brasil, com baixo poder de barganha diante do poder público. Quando olhamos o Brasil, observando o período que vai de 1945 (pós-guerra) até o início da década de 80 (período conhecido como desenvolvimentista), vemos que o fenômeno da pobreza não foi

objeto de uma ação combativa e sistemática na agenda do debate nacional. O modelo de desenvolvimento brasileiro sobre a égide do pensamento de que o crescimento econômico poderia conduzir o País ao desenvolvimento social, com base no pressuposto de que o aumento da formação industrial brasileira absolveria a grande massa de excluídos, não se concretizou e, portanto, os problemas decorrentes da pobreza se ampliaram. Durante esse tempo o fenômeno da pobreza não foi visto como sendo um problema estrutural da sociedade brasileira, não tendo as políticas sociais adotadas pelos governos que se sucederam a amplitude necessária para que o cenário da distribuição de renda e, portanto das desigualdades sociais se alterasse, chegando as camadas pobres constituir um amplo setor da população brasileira no início dos anos 80.

A partir da década de 90 o fenômeno da pobreza começa a ganhar visibilidade no cenário social brasileiro, como um desdobramento da insurgência dos movimentos sociais nos anos 80, os quais, após o processo de redemocratização, passaram a ser constituídos como um produto sistêmico/estrutural que deveria ser objeto de preocupação do Estado e da Sociedade Civil, ganhando espaço como tema de debate público e de ações voltadas para a redução das desigualdades sociais (Cf. COHN, 2004).

O passo mais importante para a implementação das políticas sociais de combate a pobreza foi a instituição da Seguridade Social na Constituição brasileira de 1988, definida em termos do tripé formado pelas políticas públicas de Saúde, a Previdência Social e as políticas públicas de Assistência Social. Com o *aval* dado pela Constituição Federal de 1988 (Constituição cidadã), foi que a assistência social passou “[...] a ser considerada um direito, procurando romper com a *cultura do favor*, fazendo de todos, mesmo os excluídos do mercado de trabalho, *cidadãos brasileiros*” (SILVA, 2007, p. 143).

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, emergem os Programas de Transferência de Renda (PTRs) no Brasil, e a partir de 1991 é incorporado na agenda pública brasileira o debate sobre sua implementação no país, como mecanismo de combate às desigualdades e para a redução nos níveis nacionais de pobreza.

Silva (2007) faz uma cronologia interessante do surgimento dos PTRs no Brasil, apontando para cinco momentos distintos que antecederam o Programa Bolsa Família, nosso objeto de estudo: no primeiro momento, há a introdução do debate sobre o Programa

de Renda Mínima em 1991. Na ocasião, o Senador Eduardo Suplicy apresentou um Projeto de Lei nº 80/1991 que propunha a criação do Programa de Garantia de Renda Mínima PGRM, que buscava proporcionar uma renda mínima a todo cidadão brasileiro que tivesse acima de 25 anos de aproximadamente 2,25 salários mínimos (Cf. SILVA, 2007); o segundo momento se inicia também em 1991, e é o que a autora classificou como sendo um qualificador do debate, pois introduziu uma inovação em termos de qualidade dos PTRs. A novidade foi a articulação proposta por Camargo (1991; 1993; 1995 *apud* SILVA, 2007), passando uma massa de famílias que compõem as classes E e D a receberem renda governamental, o que se vinculou à manutenção dos filhos nas escolas, avançando em relação ao provimento de suporte financeiro apenas ao indivíduo, como defendia o projeto de Suplicy supracitado; no terceiro momento, em Campinas, Brasília e Ribeirão Preto se deram as primeiras experiências com os Programas de Renda Mínima (PRM). Em 1996, foram lançadas as primeiras experiências de âmbito federal com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), que atingiu outras cidades do território nacional; em 2001 tem início o quarto momento da implementação dos PTRs no Brasil, quando, no penúltimo ano do governo FHC (1999-2002) observa-se uma significativa ampliação dos PTRs: surge o *Bolsa Escola*; o *Bolsa Alimentação*; o *Vale Gás* e o *Bolsa Renda*, todos implementados graças ao aumento do orçamento para os programas sociais. A partir de 2001, os PTRs começaram a ganhar espaço em termos geográficos, e no discurso oficial, sendo descrito como a ativação de uma *grande rede nacional de proteção social* (SILVA, 2006 p. 28). É também nesse período que há a defesa da implementação da Renda da Cidadania, cuja finalidade seria a transição da proposta de *Renda Mínima* para a *Renda da Cidadania* - o lançamento do livro *Renda De Cidadania* do Senador Eduardo Suplicy, em 2002, foi o marco desse debate (Cf. SILVA, 2006); o quinto momento dos PTRs no Brasil é iniciado a partir de 2003, no início do primeiro mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que passa a destacar o combate à fome e a miséria como sendo o desafio de seu governo. Nesse período, surge a proposta para a unificação dos PTRs em um único programa, o Programa Bolsa Família, sendo “[...] em janeiro de 2004 criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em substituição ao Ministério da Assistência

Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (Cf. SILVA, 2006).

O Programa Bolsa Família foi criado por medida provisória do ex-presidente Lula, a de nº 132, em 20 de outubro de 2003, tendo a função de unificar os PTRs e a tarefa de corrigir o então reconhecido *fracasso* do *cartão alimentação* e do *Programa Fome Zero*, que foram os *carros chefes* do início do mandato do governo Lula. O PBF é então definido como uma política pública de transferência de renda, sendo o mesmo vinculado a um conjunto articulado de condicionalidades na área da saúde, educação e assistência social (Cf. ROCHA, 2013).

De início, o Programa é ligado à Presidência da República, sendo em janeiro de 2004 transferido para o âmbito da Secretaria Nacional de Renda da Cidadania - SENARC, vinculada ao antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS (agora MDSA, Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário). O programa traz como suporte inicial seus três principais eixos, a saber: 1) proporcionar o alívio imediato da fome; 2) promover o processo de bem-estar por meio da saúde, educação e assistência social; 3) e, por último, instituir medidas capazes de viabilizar a saída dos beneficiários da cobertura do programa, através do seu ingresso no mercado formal de trabalho. O PBF substitui o *Bolsa Escola*, o *Bolsa Alimentação*, o *Vale Gás* e o *Bolsa Renda* (Cf. ROCHA, 2013; SINGER, 2012).

O cálculo do benefício a ser recebido pelas famílias que compõem o cadastro das potencialmente beneficiárias do PBF tomou por base a renda *per capita* descrita pelo MDSA como indicadores de situações de *extrema pobreza* (igual ou abaixo de oitenta e cinco reais) e de *pobreza* (definida como a situação das famílias que ganhavam cento e setenta reais ou menos). Integram ainda o referido cálculo o número de filhos (de 0 a 15 anos) e de adolescentes entre dezesseis e dezoito anos de idade que frequentem a escola. Vale lembrar que cada família tem direito a cadastrar até cinco filhos de zero a quinze anos, os quais recebem R\$ 39,00 cada, mais ainda dois filhos com idade entre dezesseis e dezoito anos, com o valor de R\$ 46,00 por pessoa.

O valor do benefício varia de acordo com as informações fornecidas pelo CadÚnico [Cadastro do Governo Federal usada como base de dados referente às famílias da

população brasileira com renda familiar de até dois salários mínimos]. A composição do núcleo familiar, e a renda autodeclarada determinam o valor médio do benefício da família, estando tal valor sujeito aos ajustes e condicionalidades estabelecidas pelo PBF.

Apresentamos como exemplo uma família com um núcleo de nove pessoas que pode ter cinco crianças de zero a quinze anos cadastradas, recebendo, portanto, R\$ 39,00 por filho, que totaliza R\$ 195,00; e dois adolescentes na faixa de dezesseis a dezessete anos que estejam matriculados, cada um deles recebendo R\$ 46,00, o que somaria R\$ 92,00; e ainda o valor básico, que é de R\$ 85,00, benefício atribuído às famílias em situação de extrema pobreza. Neste exemplo, quando feito o somatório geral temos: $(5 \times R\$ 39,00) + (2 \times R\$ 46,00) + (R\$ 85,00) = R\$ 372,00$, composição do benefício recebido pela família².

Quando o PBF unificou alguns dos PTRs, segundo Singer (2012), a argumentação governamental era a de que, além da racionalização e maximização dos recursos da rubrica referida aos Programas Sociais do então governo, constituindo-se em um *avanço urgente em setores cuja tragédia social não podia esperar*, mas fez jus também às intenções de conquista de uma maior capilaridade eleitoral para o PT (Cf. ROCHA, 2013; SINGER, 2012).

A seguir apresentamos à revisão da literatura especializada e não especializada sobre o PBF e seus efeitos, em nível nacional.

² No caso citado, é necessário que a família tenha sete filhos inscritos no programa e que se encaixem nas referidas exigências de renda e escolaridade, sendo os valores citados os que eram pagos em julho de 2016.

CAPÍTULO 2 - VISÕES SOBRE O PBF E SOBRE SUA RELAÇÃO COM AS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS NA LITERATURA ESPECIALIZADA E NÃO ESPECIALIZADA

Por ser um programa cujos impactos podem ser vistos a partir de aspectos diversos, a exemplo do combate à desnutrição infantil, aumento do PIB nacional, ampliação do número de crianças matriculadas e queda nos índices de trabalho infantil, o PBF tem despertado interesse de muitos pesquisadores no Brasil e no mundo. O programa tem sido tomado como objeto de investigação de diferentes ciências:

É revelador o interesse investigativo suscitado pelo *Bolsa Família* o fato de que há, no Cadastro Nacional de Pesquisadores do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – a Plataforma Lattes – um total de quase 7 mil pesquisadores com temas de pesquisa associados ao programa, dos quais metade são pesquisadores doutores, 810 deles realizando pesquisa com mérito científico reconhecido antecipadamente por comitês de avaliação do CNPq (projetos financiados com Bolsa de Produtividade Científica). Também é revelador do interesse acadêmico pelo programa o registro bianual de trabalhos publicados ou apresentados por pesquisadores vinculados ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. A produção acadêmica vem crescendo vertiginosamente desde 2006, totalizando, no período de 2004 a 2010, um conjunto de 799 estudos e pesquisa. (JANNUZZI & PINTO, 2013, p. 188)

Os discursos acadêmicos na última década têm trazido as mais variadas interpretações quanto aos impactos do programa: há os que alegam que a referida política social se tornou um estímulo à *ociosidade*; outros afirmam que a obrigatoriedade dos beneficiários em cumprirem as condicionalidades penaliza as famílias, quando os serviços gratuitos essenciais como saúde e educação deveriam ser gozados em plenitude pelos beneficiários; há também, os que afirmam que o PBF tem induzido as mulheres pobres a terem mais filhos; há os que afirmam que o programa não proporciona uma *porta de saída* e, portanto, é apenas algo que *remedia* a fome, mas é incapaz de fazer com que os beneficiários saiam da condição de pobreza; e há aqueles que defendem a efetividade dos programas de transferência de renda, como é o exemplo do PBF. Neste capítulo oferecemos ao leitor um painel da discussão sobre os efeitos do PBF na literatura especializada e não especializada.

Rocha (2013) é uma das autoras que apresentam o percurso do PBF desde seu nascedouro, no governo FHC (no formato de *Bolsa Escola*), até a sua implementação no início dos governos de Luís Inácio da Silva. A autora enfatiza o que o PBF foi um marco importante para o ‘enraizamento’ das políticas de transferência de renda no Brasil.

Apresentando o PBF como promotor de uma relativa autonomia, Rego & Pinzani, (2013), mostram a *visibilidade* que os beneficiários conquistaram a partir do ingresso no universo do programa, contribuindo para mudanças significativas nas vidas de indivíduos que viviam abaixo da *linha da miséria*, enfrentando, dentre outros problemas, o da fome.

O outro lado da envergadura do PBF apontado pelos estudiosos é sua relação com a *questão eleitoral* no Brasil. Alguns autores afirmam que o programa promove uma relação de dependência entre beneficiários e poder executivo, sendo o benefício uma garantia do voto. Nessa linha, tentando entender o fenômeno do *lulismo*, Singer (2012) apresenta o PBF como um programa com identidade atrelada ao seu criador e idealizador, o ex-presidente Lula. Esse *elo* faz com que o termo *pai dos pobres*, nascido da era Vargas, seja novamente atribuído a outro chefe do poder executivo nacional. Ao mesmo tempo em que reconhece as conquistas representadas pelo PBF, Singer (2012) chama a atenção para o *lulismo* que ele alimenta o que representaria os sinais de um *pacto conservador*, marcado por um modelo de *baixo reformismo*.

O conjunto de estigmas atribuídos ao PBF e disseminados pelos principais veículos de comunicação brasileiros é estudado por Sicsú (2013), fazendo uma contra argumentação por meio de um mapeamento numérico da fome no Brasil. Nessa linha, Campello & Neri (2013) discutem os argumentos de que o PBF produziria a *ociosidade/a vagabundagem*, defendendo que essas interpretações interessariam a setores conservadores da classe média.

Para Zimmermann (2006), a ideologia do programa concebe a necessidade de prestar ajuda aos pobres, mas possui grandes dificuldades em reconhecer as políticas públicas como o atendimento de direitos humanos. Para esse autor, um dos maiores entraves do programa é a não universalização, por ser uma política focalizada e com limites nos números dos benefícios. Para ele, o programa promove a seletividade e transforma direitos em ‘quase direitos’.

O PBF ainda é entendido por alguns autores como sendo um programa incapaz de promover uma mobilidade social que possa reverter o nosso histórico de desigualdade social e de renda. Souza (2009) compreende que a histórica dívida social brasileira está intimamente ligada ao *distanciamento do Estado* no que concerne à garantia dos direitos sociais, ou seja, estando articulada a um processo de modernização tardia. E essa modernização tardia produz resultados sociais que conduzem à busca por programas compensatórios de distribuição de renda com a finalidade de minimizar as arestas sociais. Para esse autor, no Brasil, os programas de transferência de renda não são capazes de possibilitar uma mobilidade social genuína, pelo fato desses não alterarem a raiz estrutural do problema da desigualdade entre classes.

Quando se trata de reconhecer a histórica dívida social brasileira, Cohn (2012) também entende que por muito tempo os programas de assistência social no Brasil foram, na maioria das vezes, produzidos à revelia dos direitos sociais e estiveram associados a um viés clientelista. A autora demonstra como o Banco Mundial (BM) tentou impor um conjunto de normas para gerenciar o referido programa - a distribuição de cestas básicas em lugar do dinheiro seria uma dessas, propostas sob a alegação de que os pobres não saberiam utilizar 'bem' os recursos.

Em nosso estudo anterior sobre o PBF vimos que ele atua com vários outros programas que dão suporte às classes menos favorecidas em termos socioeconômicos, sendo o critério para a inclusão nele ter uma renda *per capita* igual ou abaixo de meio salário mínimo, além da inscrição no CadÚnico.

O PBF atua com vários outros programas, a exemplo do *Brasil Sem Miséria* (BSM), o *Brasil Carinhoso* (BC), o *Bolsa Estiagem* (BE), o *Bolsa Verde* (BV), dentre outros. Também se conjuga com a reformulação da extensão do crédito rural para famílias de baixa renda, como é o caso do PRONAF, que oferece às pessoas da zona rural condições para aquisição de animais, compra de equipamentos agropecuários, desenvolvimento da avicultura, compra de pequenas propriedades e apicultura, em um processo para nós entendido como de *bancarização* da pobreza (COSTA, 2015).

Quando se analisa com profundidade os Programas de Transferência de Renda (PTRs) e seus mais variados impactos, o que se observa em relação ao PBF são discursos

estigmatizantes que surge dos mais variados atores sociais contra os beneficiários. Adjetivos que aparecem nos discursos cotidianos para qualificar as pessoas que têm vínculos com o programa são, por exemplo: *acomodados, preguiçosos, ociosos, sanguessugas, parasitas, viciados, parideiras*. Eles contrastam com pesquisas que atestam a eficácia do programa diante de seus objetivos. Oliveira e Soares (2012) são autores que desconstruem a tese da ociosidade que o PBF produziria, mostrando que as pessoas incluídas no programa têm maiores chances de participação no mercado de trabalho que aqueles que estão desvinculados dele.

Vários são os preconceitos atribuídos às famílias beneficiárias. Um dos mais comuns é a culpabilidade pela sua condição de pobre e assistido, visão que se “casa” com o discurso da meritocracia forjado no seio das desigualdades socioeconômicas. Ramacciotti (2014) mostra que parte dos beneficiários internaliza o discurso que os responsabiliza pelo fato da pobreza se originar do não cumprimento das condicionalidades. De certa forma, essa culpa recai mais sobre as mulheres por serem elas em grande maioria as titulares do benefício e responsáveis por estarem em contato mais direto com seus filhos.

Observamos que os beneficiários são penalizados duas vezes, pois além da pobreza, recebem a culpa por serem pobres. Discordando desse estigma, a autora diz que *a premissa de que pais mais pobres de alguma forma são culpados se seus filhos não vão à escola ou ao médico, é inconsistente com as explicações estruturais da pobreza* (RAMACCIOTTI, 2014, p. 102).

Em um estudo que avalia o trabalho do assistente social no acompanhamento às condicionalidades do PBF, Carnelossi (2016) levanta a questão das matrizes ideológicas do programa, ou seja, a relação do pacto existente entre Estado de um lado e o beneficiário do outro, a institucionalização que dá ao Estado o direito de comando, e do outro a de ser comandado (os beneficiários). Segundo a autora, essa relação de controle requer penalizações em casos de desobediências e fraudes, o que faz com que o profissional da área de assistência social venha a se precaver contra certa generalização de estigmas recorrentes aos beneficiários. A autora reforça que *o profissional se depara com o desafio de resistir às atribuições que reforçam práticas conservadoras de auto responsabilização das famílias por sua condição de pobreza* (CARNELOSSI, 2016, p. 144).

Achar que todas as famílias beneficiárias vivem apenas do benefício do PBF indica a falta de conhecimento do programa e mais ainda do contexto diário das famílias a eles vinculadas. Há assimetria entre não querer trabalhar e trabalhar por ‘qualquer coisa’. Quem conhece a vivência dos beneficiários percebe cotidianamente suas ações para saírem da situação de pobreza na qual estão inseridos. Achar que uma família pode viver apenas com a renda do PBF, como mostra Medeiros; Britto; Soares, (2007, p. 15) é algo imaginável.

Ainda sobre a relação entre o PBF e a atitude em relação ao trabalho, Prospero & Frias (2016) constataram que o programa influencia as famílias a adentrarem no mundo do trabalho, e essa ‘força’ que é oferecida às famílias passa em grande parte pela educação como é o caso do PRONATEC. Assim, os autores observaram que além da promoção ao suporte alimentar, o PBF promoveria uma relativa autonomia. Nas palavras deles:

As iniciativas de inserção laboral do BSM, juntamente com as garantias do PBF que protegem a família beneficiária que tem inserção laboral ou se desliga voluntariamente, promovem segurança e incentivo para a busca da autonomia financeira das famílias. Esses são esforços para garantir que a participação das pessoas mais pobres no mercado de trabalho se expanda ainda mais, desde que feita de maneira adequada e sustentável. Asseguradas e apoiadas, as famílias pobres passam a ter acesso à formação profissional, serviços de intermediação de mão de obra, estímulo ao empreendedorismo, ações de economia solidária, crédito facilitado e poderão finalmente se sentir *empoderadas*. (PROSPERI & FRIAS, 2016, p.192)

A *acomodação* dos beneficiários tem sido, durante esses 13 (treze) anos de implementação do PBF, uma das críticas mais recorrentes ao programa. Frequentemente, a mídia atribui por meios de televisão, jornais, *blogs etc.* o estímulo à *ociosidade*, enfatizando esse como sendo um dos pontos negativos dessa política pública de distribuição de renda. De acordo com Silva *et al.* (2016), ao estudarem o estigma da ‘vagabundagem’, perceberam um baixo índice de pessoas que preferem a bolsa ao invés de um emprego formalizado, mesmo diante das incertezas do mercado formal de trabalho para pessoas com pouca escolarização e baixa qualificação, como é o caso da maioria dos beneficiários do PBF. Nas palavras dos autores:

Encontramos um baixo número de pessoas que preferem o Bolsa Família ao trabalho formal, apesar do medo da instabilidade que o mercado de trabalho pode trazer e isso pode acarretar em perda do benefício para as famílias do programa. (SILVA *et al.*, 2016, p.260)

Para Foguel & Barros (2010), que fizeram um acompanhamento entre 2001 e 2005 buscando analisar a quantidade de horas trabalhadas por beneficiárias do Bolsa Família em 806 municípios brasileiro, programas de transferência de renda como o PBF não reduzem significativamente a participação das mulheres no mercado de trabalho, seja na amostra de forma geral, ou na faixa que compreende as 50% mais pobres.

Ribas e Soares (2011) analisaram o efeito dos impactos do PBF no trabalho das mulheres observando as peculiaridades geográficas. Os autores observaram um aumento do trabalho feminino no meio rural e na informalidade, considerando as baixas necessidades de qualificação que esse setor exige de seus empregados.

Diversos outros resultados apresentados na vasta literatura que estuda a temática do PBF vêm mostrando a fragilidade da argumentação sobre seu pretensão *efeito da ociosidade* entre seus beneficiários, destacando os aspectos positivos do programa em relação ao trabalho. Oliveira & Soares (2013) dizem que esses resultados variam em função do tempo e do método utilizado, mas mostram que há uma associação entre o PBF e a redução da oferta de trabalho quando se trata de trabalho infantil. Nas palavras deles:

Os resultados encontrados pela literatura, até o momento, variam um pouco ao longo do tempo e de acordo com o método. Entretanto, apontam para um consenso de que programas de transferência de renda são eficazes em reduzir a oferta de trabalho das crianças, reduzindo também o número de crianças que não estudam e não trabalham. (OLIVEIRA; SOARES, 2013, p. 355)

Esses autores seguem mostrando que os impactos negativos do PBF sobre o mercado de trabalho são de baixo alcance:

[...] os PTRCs possuem impactos pequenos sobre o mercado de trabalho. Alguns destes impactos, como a redução da jornada de trabalho das mães e o aumento na probabilidade de trabalho para certos grupos, são positivos. Do ponto de vista das políticas públicas, pode-se afirmar, com muito embasamento, que não existe constatação empírica que sustente a hipótese de que haveria um efeito renda maior do que um efeito substituição (fenômeno que recebeu a alcunha de “efeito preguiça”), no caso destes programas. (OLIVEIRA & SOARES, *idem*, p. 356)

Além do estigma de ‘preguiçosos’, também se fazem recorrentes várias outras denominações com sentidos desqualificadores. Constantemente, a palavra *parideira* tem sido atribuída às beneficiárias, alegando-se que o PBF é um incentivo para que as mulheres

tenham mais filhos, já que o valor do benefício está condicionado ao número de filhos do núcleo familiar (Cf. COSTA, 2015).

Essa alegação vai contra os recentes dados do IBGE (2010) sobre a taxa de fecundidade da mulher brasileira, segundo os quais ela manteve a forte tendência de queda que começou na década de 1970 com 5,8, e chegou a 1,9 filhos por mulher em 2010 podendo atingir 1,5 em 2034, fato que ocasionará um encolhimento populacional como mostra o IBGE (2010). Pela primeira vez no Brasil esse índice fica abaixo da taxa de reposição populacional, que, segundo a estatística desse instituto seria de 2,1 filhos por mulher, sendo “as maiores quedas em relação aos números nacionais observadas nas regiões Nordeste e no Norte: 23,4% e 21,8%, respectivamente” (IBGE, 2010).

A taxa de fecundidade brasileira foi historicamente mais alta entre as camadas sociais mais pauperizadas, a argumentação de que as beneficiárias irão se tornar mais *parideiras*, por isso representar o aumento no valor do benefício indica a circulação e disseminação de um senso comum interessado. A falta de informações e de acesso aos métodos contraceptivos sempre foi característica predominante das classes pobres brasileiras. O número de filhos por mulher não aumenta em função do benefício do PBF, mas sim, ele sempre existiu para os mais pobres. É o que argumentam Ales & Cavendish, nos seguintes termos:

A fecundidade mais elevada entre a população pobre, menos escolarizada, com menor nível de consumo e piores condições habitacionais é uma realidade constatada em todas as pesquisas sobre o comportamento reprodutivo no Brasil. A literatura mostra que, em grande parte, esta maior fecundidade se deve à falta de acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, mas também acontece devido à falta de perspectivas profissionais e educacionais, assim como de um projeto de vida que possibilite o progresso cultural e material destas mulheres jovens. (ALVES & CAVENAGHI, 2013, p. 236)

Vários estudos têm mostrado que a taxa de fecundidade veem passando por uma fase transitória, e que esse fenômeno não é mais característico apenas das classes abastadas. Financeiramente. São várias as evidências empíricas mostrando que:

Esta transição não é um fenômeno exclusivo da população rica. A geração mais velha, formada pelas mães das mulheres entrevistadas, teve um número de filhos bem superior à geração atual: quase 80,0% tiveram quatro ou mais filhos e foi praticamente zero a porcentagem de mulheres sem filhos. Já para a geração atual, formada por todas as mulheres que responderam à pesquisa, somente 17,9%

tiveram quatro ou mais filhos, 21,8% tiveram três filhos e a porcentagem maior (37,1%) ficou para as mulheres que tiveram dois filhos. A porcentagem com um filho ficou em 21,6%, e as sem filhos, com 1,5%. (ALVES & CAVENAGHI, 2013, p. 237)

2.1. Mídia, Igreja, Academia e a arena dos discursos sobre o PBF

Nesta seção analisamos de onde surgem alguns dos discursos mais ‘inflamados’ contra o PBF. Percebemos que esses não se fazem presentes nos trabalhos acadêmicos, partindo de atores não pesquisadores, indivíduos da sociedade extra-acadêmica.

Uma confusão que consideramos relevante indicar é a referente à indistinção entre os programas de distribuição de renda brasileiros adotados no combate à pobreza e os programas de *bem estar social*. Segundo Pereira (2008), estes se originam da estruturalização decorrente da regulação capitalista pós-Segunda Guerra Mundial, a qual, em várias sociedades provocou pactos societários de melhoria da qualidade de vida da população em geral. Já os PTRs têm uma focalização específica para setores pobres da população, operando sob níveis de mais instabilidade, por colocarem em discussão estruturas de distribuição de renda e elementos gerais dos arranjos sociais.

Exemplo dos setores sociais dos quais os discursos anti-PT emergem são alguns setores da Igreja Católica. Para ilustrar o que eles alegam, citamos o caso de Dom Aldo Pagotto (ex-Arcebispo de João Pessoa/PB), que em entrevista publicada pela CNBB, em 2006, declarou que *o programa não proporciona autonomia aos seus beneficiários e, portanto, acomoda e vicia, segundo o bispo, o governo tem que apresentar à pobreza os meios necessários à sua inserção ao mercado formal de trabalho, e isso se dá não apenas pelas universidades, mas também pelo ensino profissionalizante (Cf. BRÍGIDO, 2006)*. De acordo com o religioso:

Não estamos muito satisfeitos com o programa como está. No Nordeste existem pessoas que não querem trabalhar porque se contentam com o mínimo. As pessoas precisam ser inseridas no mundo do trabalho. A capacitação não pode ser só pelas universidades, mas é preciso investir em educação profissionalizante para os trabalhos. Do modo como está sendo levado, (o Bolsa Família) é um programa assistencialista que vicia. É só uma ajuda pessoal familiar. O povo tem que se organizar. Do jeito como

está, levou à acomodação e ao empanzinamento. (DOM ALDO PAGOTTO, EM ENTREVISTA ORGANIZADA PELA CNBB, BRASÍLIA – DF. 2006)

Na *internet* podemos encontrar as mais variadas opiniões sobre a atuação do Bolsa Família. Vejamos alguns exemplos nos comentários desse jornal gaúcho:

A maneira mais rápida de resolver esse problema é o Estado Brasileiro diminuir a carga tributária e trabalhista das empresas privadas, pois sem uma infinidade de impedimentos "legais" haveria mais facilidade em contratar e demitir, filtrando assim os trabalhadores honestos gerando responsabilidade pessoal. Outra mudança deve ser para quem ganha auxílio do governo NÃO TER DIREITO AO VOTO, pois esse indivíduo fica impotente perante a esmola que recebe. Os salários do setor público são aviltantes perante os da iniciativa privada que vive para pagar a mordomia oficial da ex-colônia portuguesa. A Constituição de 88 deve ser apagada da vida brasileira, pois é ali que se escondem todos os males que só distribui direito e o dever recai sobre o pescoço de quem tira o couro na Indústria, na lavoura ou nos serviços da iniciativa privada. (G.M. CAMPO BOM - RS. 07/01/2011 – maiúsculas do autor da dissertação)

Concordo, mas com novos critérios, problemas sérios de saúde ou morte, muitos filhos no ensino fundamental e casos isolados para serem avaliados. os benefícios que cidadão recebe serão revertidos em serviços comunitários em órgãos públicos não terão mais gastos em faxina, recepção, portaria...nada funciona sem cobranças. (M.A.D.B. SANTA MARIA - RS. 07/01/2011)

Os discursos acima mostram uma *censura* dos beneficiários do PBF, chegando o julgamento nele contido a atingir o direito constitucional do voto, e até mesmo a Constituição de 1988. Outras falas se vinculam há existência de uma maior vigilância sobre os beneficiários, principalmente em relação à educação com a exposta a seguir:

Concordo que esse programa do Governo Federal precise ser reavaliado quanto a condição para ser beneficiário. É notável a dependência que as pessoas criam em torno do benefício. Penso que a condição para se tornar um beneficiado deveriam ser mais rígidas e ao mesmo tempo gerassem oportunidade de trabalho, neste contexto seria necessário que houvesse um sistema que detectasse vagas de empregos compatíveis com a capacidade do beneficiário, e como seria comum situações de o indivíduo não possuir grande capacidade intelectual então que se oferecesse gratuitamente ou facilitasse a oportunidade de participar de cursos e a aceitação do emprego ou oportunidade de curso deveria ser condição para se tornar beneficiário, desse modo até situação da educação no país melhoraria, porque "fala sério" a fama educacional do Brasil comparada a outros países não é nada boa, pelo contrário; é vergonhosa. (R.S. SANTA ROSA - RS. 07/01/2011)

Concordo. Deixa dependente porque foi criado de modo equivocado. Quando criado exigiu-se que os filhos fossem mantidos na escola e com as vacinas em dia e isto foi feito, ou seja, os pais cumpriram sua parte do acordo. Ninguém falou em se tornar independente e produtivo. Às vezes é necessário mais de uma geração para ocorrer uma mudança de mentalidade, por isto os filhos dos beneficiados não deveriam ter acesso ao Bolsa Família (BF), devem ter programa de emprego ou de empreendimento. Não há programa de desenvolvimento possível sem geração de riqueza. Há 2 anos em Alagoas, estado de baixo índice de desenvolvimento, uma empresa de confecções recém chegada fez um curso de corte e costura para 400 mães do BF. Após o curso nenhuma delas aceitou a oferta de emprego na empresa. Motivo; iriam perder a BF. Este programa precisa ter data para terminar. O maior benefício foi ensinar a consumir, este pode ser um bom motivo para ensinar-lhes a produzir. Mudanças exigem novas necessidades. (P.S. PORTO ALEGRE - RS. 07/01/2011)

Discordo, muitos utilizam e não necessitam. Ao invés de darem o "peixe" que ensinem a "pescar". Em minha opinião essa Bolsa Família é uma ferramenta exclusivamente de uso político. (M.F. GRAVATAÍ - RS. 07/01/2011)

Acredito sim que o Programa deve ser ampliado, visando atingir um número maior de atendimentos. Na questão social o ideal é uni-lo à educação, com incentivos e projetos interdisciplinares. Cito esse exemplo, pois minha mãe cadastrou-se quando desempregada meu irmão e eu quando estávamos no ensino fundamental. Recebemos o benefício durante algum tempo. Ao tornar-se desnecessário, cancelamos, por acreditar que já estávamos em uma posição melhor. Esse auxílio contribui para nossos estudos, com passagens, material escolar e lanches, bem como para pequenas despesas domésticas. Fruto do bom desempenho da assistência e o impacto por ele causado é o fato de que hoje estou formada, com 21 anos de idade. Detalhe: bolsista do PROUNI. (L.F.S. PORTO ALEGRE – RS. 07/01/2011)

Os discursos seguem abrangendo os mais variados temas: a *ociosidade* e a intenção de *capilaridade eleitoral* são descritos como sendo inerente ao programa, seguido do lema meritocrático de que *se deve ensinar a pescar ao invés de se dar o peixe*. Vejamos um exemplo dessa linha de concepção sobre o PBF:

Sim, a dependência fixa-se com a utilização. Vi centenas de pessoas trocarem os valores de Bolsa Família por créditos para celular, nas agências lotéricas. Não está cumprindo a finalidade em seu todo. O ditado, "não dê o peixe, dê a vara"... Aqueles que recebem deveriam ficar à disposição (obrigatória) para receber cursos profissionalizantes. O próprio ex-presidente criticou o sistema. Muitos se aproveitaram do sistema sem precisar, hoje está mais fiscalizado. Tudo deveria ser trocado por algum tipo de compensação em um trabalho, estudo,

profissionalização etc. Acabaria a dependência maléfica de nada dar em troca do que ganha. (R.C. PATO BRANCO - PR. 07/01/2011)

Eu discordo, pois esse benefício apenas serve de plataforma de governo para todas as eleições. O que deve ser feito, é dar meio de subsistência através do trabalho, esses programas não tem controle nenhum, pois já foi notícia em jornais de pessoas que ganham Bolsa Família, vale gás, *etc.* possuem condições de viver sem os benefícios do governo. Acho que uma ajudinha deve ser dada, mas a prioridade é o EMPREGO, caso contrário, a população de baixa renda e sem nenhuma cultura ficará a mercê dos políticos sempre que houver eleições, e particularmente acho isso uma grande covardia para os que são oposição. Infelizmente o Lula usou e abusou nas campanhas junto aos miseráveis. (M.A.G. CAXIAS DO SUL – RS. 07/01/2011)

A proposta do Bolsa Família na sua implantação era dar um incentivo às famílias com baixa renda a manter as crianças na escola, com uma melhor qualidade de vida, auxiliando a família nesse sentido. Com o valor atual, famílias estão vivendo desse dinheiro. O que falta é qualificação de mão-de-obra, botar esse pessoal no mercado de trabalho. Tem gente que prefere viver sem trabalhar, com cento e poucos reais do Bolsa, do que ter carteira assinada e ter que trabalhar regularmente. Jeitinho brasileiro? Coronelismo disfarçado em assistencialismo? Onde mesmo que a Presidente fez o maior nº de votos? Tá na hora de criar uma lei que dê prosseguimento ao benefício, mas que ponha essa gente para trabalhar. (G.K. SANTA MARIA – RS. 07/01/2011)

Na primeira fala, o comentário caminha no sentido da obrigação dos beneficiários com o programa, e da vinculação eleitoral do mesmo. É comum a associação das famílias à obrigatoriedade do *algo em troca*. No segundo fragmento, temos um termo no diminutivo (*ajudinha*), talvez, essa seja a forma como historicamente tenham se desenvolvido as *tímidas* políticas sociais no Brasil, e mudar essas convicções é quebrar paradigmas enraizados em nossas classes sociais. No entanto, há os que reconhecem o Bolsa Família como algo imprescindível para a manutenção humanamente exigida das pessoas que se encontram abaixo da linha de pobreza.

Vejamos mais alguns exemplos de linhas interpretativas do PF e de sua relação com o desenvolvimento:

Esmola é dada ao pedinte por caridade. Vejo o Bolsa Família como um auxílio condicionado (frequência escolar) e com prazo de validade (até a idade de 15 anos da criança), não como "esmola oficial". Que nome poderemos dar à mega empresa, que recebe incentivo fiscal oficial? Com certeza o bolsa-família pode ser aperfeiçoado, qualificando ou requalificando o titular, encaminhando ao SINE, por exemplo. (I.M. PORTO ALEGRE – RS. 07/01/2011)

É completamente errado dizer que as pessoas que recebem o Bolsa-Família não trabalham e que por causa dele vão se tornar dependentes; pelo contrário, são pessoas que trabalham muito, porém não recebe uma remuneração justa o suficiente para uma subsistência saudável. De um modo geral são pessoas que trabalham oito horas por dia e recebem salário mínimo. A força do trabalho no Brasil ainda é muito mal remunerada e tratada de forma injusta. O BF família vem amenizando essa injustiça e de carona vem provocando crescimento econômico. Se limparmos a alma de pensamentos que pregam horror à distribuição de renda, certamente faremos do Brasil um País muito mais justo, portanto, muito melhor de se viver. O Bolsa Família faz bem a todos os brasileiros de bem. (C.A.M.A. PORTO ALEGRE – RS. 07/01/2011)

Com certeza o Bolsa Família deve ser avaliado. Esse benefício tornou-se muitas vezes um entrave para o desenvolvimento dos municípios, pois gera comodismo na maioria dos beneficiários. Ele deveria ser temporário, aliado a programas de qualificação profissional. (T.F. IJUÍ – RS. 07/01/2011)

Acho que é o mínimo que o governo tem que fazer pelos pobres. É muito difícil manter os filhos na escola e sustentar a família com o salário mínimo que pagam para os trabalhadores é uma vergonha, mau aumentou o salário e já aumentou o preço de tudo até o transporte aonde vamos parar assim. (Q.R.M.R. BAGE – RS. 07/01/2011)

Esses fragmentos discursivos foram extraídos do jornal Zero Hora, e identificados apenas com as iniciais dos autores (as) dos comentários. O que percebemos quando analisamos esses relatos é que o PBF tem suscitado as mais variadas críticas e elogios, repetindo-se nas matérias que o avaliam publicadas na mídia argumentos veiculados recorrentemente ao longo do período em que o referido programa tem existido. Alguns jornalistas se sobressaem como seus obstinados opositores, deixando em dúvida se o preconceito é contra o programa, a pobreza ou se trata-se apenas de uma ‘guerra’ ideológica na qual as pessoas mais vulneráveis em termos socioeconômicos estão no centro dessa *batalha* representacional.

Um exemplo desses jornalistas críticos profissionais do PBF é o de Reinaldo Azevedo (2007; 2009), que tem suas publicações vinculadas em uma revista de alcance nacional, e periodicamente, traz em seus artigos críticas ao PBF, como essa que segue:

O Bolsa Família continuará a assombrar o Brasil por muito tempo. E o mais dramático é que não se forma massa crítica para combater essa barbaridade nem nos setores que estariam especialmente aptos a fazê-lo: a imprensa, por exemplo. Continuaremos amarrados por muito tempo a este programa que torna operativa a pobreza brasileira. (AZEVEDO, 2007)

Ai, ai. O assistencialismo é uma droga pesada. Vicia não só aqueles que são atendidos por seus “programas” como também os analistas, que não conseguem pensar. Até outro dia, um programa de “transferência de renda” só seria assim denominado se fosse sustentável – vale dizer, se criasse condições para que as pessoas pudessem andar sobre as próprias pernas e se provocassem mudanças estruturais na sociedade. Vocês sabem: é aquela metáfora-clichê do peixe — dar o dito-cujo ou ensinar a pescar? O Bolsa Família não mudou a sociedade brasileira e, sobretudo, não criou nem mesmo a semente para que, um dia, deixe de ser necessário. Ao contrário: o governo só o expandiu. [...] O programa é uma espécie de *crack* da assistência social: tem efeito imediato, vicia rapidamente e transforma os consumidores em zumbis dependentes dos fornecedores de pedra [...]. (AZEVEDO, 2009)

Outro opositor às políticas de transferência de renda implementada nos governos de Lula e de Dilma Roussef no Brasil é o jornalista Ali Kamel, do jornal *O Globo*. Em um de seus artigos, publicado em 04 de março de 2008, o citado jornalista levanta mais uma crítica contra o PBF. Na ocasião, o alvo é a maneira como está sendo gasto o dinheiro do benefício. Segundo uma matéria dele, os beneficiários estaria aumentando a aquisição de eletrodomésticos, quando o objetivo do programa seria o suporte alimentar. Essa afirmação corrobora com aquilo que o BM indicava quando da institucionalização do PBF, antecipando que *as pessoas não iriam saber gastar bem o dinheiro, que o ideal seria a distribuição de cestas básicas*. Nas palavras de Kamel:

O PBF foi lançado para "matar a fome" de 54 milhões de brasileiros. Agora vem sendo apresentado pelo governo como responsável pela compra de eletrodomésticos, o que não é foco do programa [...]. O discurso oficial agora é que o dinheiro do Bolsa Família aumentaria a demanda por bens duráveis, o que levaria à ampliação de fábricas e ao aumento de empregos. Balela. Mesmo se fosse verdade, o consumo cresceria nas áreas carentes e a produção, nas áreas já afluentes, perpetuando as desigualdades. [...] se não há fome, por que gastar R\$ 10,9 bi com o Bolsa Família, em vez de aplicar a maior parte disso em educação? Para aumentar artificialmente a venda de eletrodomésticos em áreas carentes? [...] Essa política condenará as crianças de hoje a continuar, como os seus pais, a depender do Bolsa Família para ter um microondas, enquanto um investimento maciço em educação faria delas seres independentes, produtivos, indispensáveis para chegarmos ao bom futuro. (KAMEL, 2008)

Zimmermann & Silva (2009) argumentam contra a crítica do colunista ao PBF retrucando que, quando em tempos de crises econômicas, quando o governo *socorre* o capital por meios de ações intervencionistas, poucos classificam a *ajuda aos bancos* como

estímulo à acomodação dos rentistas. A ação do executivo, é definida antes como *necessária ao desenvolvimento econômico*. Quando se tratam de políticas distributivas emerge a *meritocracia às avessas*.

Para a mídia interessada e interessante às elites econômicas dominantes, a *barbárie* e *assombração* só existem quando o Estado se aproxima das camadas mais pobres. Quando *socorrem* os bancos a ajuda é vista como um exercício de *proteção do mercado nacional*.

Os autores dos *equivocos simplistas* assim como Zimmermann & Silva (2009, p. 57) chamam as análises dos críticos do PBF, fazem uma comparação do programa brasileiro com alguns modelos adotados pela Europa e em especial com o *Sozialhilfe* (ajuda social), programa criado na Alemanha em 1961, e em 2005 renomeado para *Arbeitslosengeld II* (*Dinheiro para os sem emprego II*). A diferença em relação à avaliação feita por alguns colunista dos programas brasileiro e alemão é que, no caso do Brasil, há um forte preconceito quanto à eficiência e durabilidade prolongada da política, e no caso da Alemanha, estudiosos do tema defendem a permanência do programa por muito tempo.

Para Zimmermann & Silva (2009, p.5), [...] *a preocupação do colunista Reinaldo Azevedo, acerca do fato que o Bolsa Família não acabará tão cedo, é real, pois ao que tudo indica seguiremos os mesmos passos dos países Europeus e manteremos os programas de transferência de renda por muito tempo*. No caso do programa alemão, um domicílio com duas pessoas recebe o equivalente a 1.379 euros, algo em torno de R\$ 4.620,00. E no caso de haver filhos de até 14 anos, as famílias recebem um valor mensal adicional de 208 Euros (R\$ 696,00) independente da renda familiar. Quando se trata de adolescente na faixa etária que vai dos 14 até 25 anos o benefício sobe para 278 Euros, ou seja, R\$ 875,00. Outra diferença é que o programa alemão é universal e incondicional.

Outro exemplo de conteúdo dos discursos veiculados na mídia é o de que o PBF, por meio dos repasses financeiros às camadas pobres da população, *encarece a mão de obra, escasseia, e desestimula o trabalho*. A alegação é a de que os beneficiários preferem viver apenas com o benefício do programa e *não querem trabalhar*. Vejamos como fala sobre isso o diretor de uma cooperativa de produtores de leite de Bom Despacho/MG:

Esse negócio de bolsas tira muita gente da atividade, e a mão de obra fica mais escassa para o produtor (...). Ninguém quer trabalhar em mão de obra rural, porque já tem os auxílios. Isso está atrapalhando a produção na

nossa região. (*Folha de S. Paulo*, 22-10-2014, *apud* SANTIAGO, 2014, p. 184)

Santiago (2014) analisa que, o fato de as pessoas terem uma renda mínima faz com que não estejam mais *obrigadas* a se submeterem a trabalhos degradantes com remunerações insignificantes. Em suas palavras: *A gente miserável já não está à mercê da necessidade bruta de submeter-se a qualquer coisa e vender-se por não importa qual preço* (SANTIAGO, 2014, p.184-185).

No grupo dos opositores do PBF também se destacam os atores políticos, talvez pelo fato do programa ter um efeito eleitoral, como mostra Singer (2012). O jornal Folha de São Paulo, em uma matéria do dia 30/06/2006 mostra uma série de ataques de políticos ao PBF. Dentre eles, destacamos aqui o do líder do PFL no senado na época, o senador José Agripino Maia, contrapondo-se a um discurso feito pelo então presidente Lula quando esse afirmou a sua preferência em *governar para os pobres*. O senador retrucou que *o presidente quer manter os eleitores "viciados" nos recursos dados pelos programas sociais* (RECONDO, 2006).

O senador Cristovam Buarque (DF), na época candidato à presidência da República pelo PDT, disse que Lula não faz um governo voltado para os pobres, apenas promove pequenas melhorias na renda das famílias mais pobres. O senador diz: *não quero chamar isso de esmola, mas é uma minúscula transferência de renda*. Recondo (2006), na mesma matéria, mostra o ex-ministro do governo Lula, José Dirceu, rebatendo as críticas feitas ao PBF nos seguintes termos: *nega-se, às camadas populares, qualquer traço de consciência crítica que as leve a discernir os aliados das elites que só sabem agir em benefício próprio*.

Em uma entrevista concedida ao jornal do Brasil em 20/05/2010, a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Márcia Lopes, rebate as críticas feitas ao programa, afirmando que o PBF não proporciona acomodação aos beneficiários. Segundo a ministra, o que existe é o preconceito de alguns meios de comunicação e que *essa ideia de que o Bolsa Família acomoda ou vicia não tem cabimento. Vivemos sob preconceito, e para as famílias pobres sobram rótulos*.

Ainda segundo a ex-ministra, na época, 77% dos beneficiários estavam inclusos ao mercado de trabalho (formal ou informal). Uma alta taxa de ocupação como essa é um indicativo que desconstrói o 'mito' da ociosidade ao trabalho conferido aos beneficiários.

Marcia Lopes ainda afirma que durante a trajetória da política de distribuição de renda em voga, é grande o número de pessoas que abrem mão do programa, por terem conseguido por meio do trabalho renda superior à condicionada pelo PBF. Segundo a ex-ministra *são mais de 2 milhões de cartões devolvidos por conta da inserção em outros trabalhos e a saída da pobreza* (Márcia Lopes, entrevista ao Jornal do Brasil, 20/05/2010).

Tavares (2010) é outra autora que analisa o denominado *efeito preguiça* entre as beneficiárias do PBF. Seus resultados apontam que apesar do programa gerar efeito negativo de renda, não se pode afirmar que o mesmo seja um gerador de ociosidade. A autora mostra que esse efeito pode ser explicado pelo fato das mães terem mais tempo livre em virtude do aumento da frequência escolar, o que é uma das condicionalidades do programa, ou seja:

[...] um incentivo adverso caracterizado pela redução da oferta ou da jornada de trabalho das mães beneficiárias do PBF. Isso porque o efeito da participação no programa sobre as decisões de trabalho das mães é, na verdade, positivo. A explicação para esse resultado pode advir do efeito-substituição, caracterizado pelo aumento da oferta de trabalho das mães como consequência do aumento da frequência escolar dos filhos e, portanto, da redução do trabalho infantil. (TAVARES, 2010, p. 630)

Com a intenção de verificar a redução do trabalho no universo dos beneficiários do PBF, Souto (2014) mostra que a literatura que estuda o Bolsa Família não apresenta redução significativa da oferta de trabalho entre os beneficiários. Segundo essa autora, a oferta de trabalho entre beneficiárias se equipara às famílias não beneficiárias, portanto, esse resultado contradiz a versão do *efeito preguiça*.

Enquanto setores da mídia, da Igreja católica e atores da esfera político-parlamentar fazem críticas ao PBF, o Ministério do Desenvolvimento Social - MDS (2015) mostra os números que fizeram com que ele ganhasse visibilidade internacional. Segundo o Portal Brasil, desde sua implementação o programa e seus repasses monetários têm contribuído para manter fora da *extrema pobreza* 36 milhões de pessoas. O MDS ainda enfoca o fato de o PBF ser recomendado pelo Banco Mundial aos países com graves problemas de distribuição de renda, sendo adotados neles programas similares ao brasileiro em 52 países como mostra o Relatório sobre Erradicação da Pobreza do Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, para o Conselho Econômico Social (ECOSOC).

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2015, um documento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem demonstrado a eficiência do programa na redução da pobreza, em virtude do maior acesso das camadas sociais mais pobres às três áreas fundamentais: assistência social, saúde e educação. De certa forma, isso vem contribuindo para que o programa seja visto com *bons olhos* pela comunidade internacional.

No caso do PBF, as condicionalidades podem ser algo que implique em perdas importantes para a efetividade do programa. Para Trevisani (2012), que estudou a condicional da saúde do programa, em pesquisa realizada no município do Rio de Janeiro, a baixa qualidade da oferta do referido serviço público é um elemento que precisa ser repensado, já que não há um vínculo forte entre beneficiário e o serviço público de saúde.

Sobre as condicionalidades do PBF, Silva (2009) entende que:

[...] com as condicionalidades exigidas aos beneficiários do Bolsa Família, é preciso ver se, e até que ponto, aquelas condicionalidades ou contrapartidas contribuem para aumentar a autonomia e autodeterminação dos beneficiários, no plano individual e familiar, ou se, ao contrário, elas contribuem para estigmatizá-los, por tratá-los como incapazes de se auto sustentarem e de cuidarem de si sem interferência externa. (SILVA, 2009, p. 204)

Quanto à característica de política focal, Barros & Carvalho (2006) afirmam que a focalização é a responsável direta pela redução das desigualdades, ao atingir as camadas sociais com menor poder de renda, ou seja, os classificados na faixa de *pobreza* e de *extrema pobreza* da sociedade brasileira. Os autores enfatizam que

A focalização é muito importante. As transferências de programas como o Bolsa Família, do modo como estavam focalizadas em 2004, custavam R\$ 4 bilhões a.a. e reduziram a desigualdade medida pela razão entre a renda dos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres, em quase 10% e a insuficiência de renda dos extremamente pobres em 15%. Se essas transferências fossem distribuídas igualmente à toda a população, seus impactos sobre a desigualdade e a pobreza teriam sido somente 1/3 do que foi efetivamente alcançado. Além disso, vale ressaltar que, caso o grau de focalização do programa fosse perfeito, seria possível, com o mesmo volume de recursos, reduzir a desigualdade em 17% e a extrema pobreza em 35%. Se o programa fosse universalizado, seu impacto tanto sobre a extrema pobreza como sobre a desigualdade decairia, enquanto seu custo, considerando apenas o valor das transferências, passaria a ser cinco vezes maior. (BARROS; CARVALHO, 2006, p. 31)

Para a universalização de programas sociais como o PBF, seria necessária uma suplementação orçamentária cinco vezes maior que a atual. No contexto mais recente, de limitação dos gastos sociais desde o *impeachment* da presidente Dilma Roussef, a universalização de programas de transferência de renda, mesmo sendo vista como uma forma de eliminar o estigma sofrido pelos beneficiários dessas políticas sociais se constitui em uma possibilidade distante.

De acordo com Lavinias & Cavalcanti (2007), a universalização deixaria o Estado livre de despesas como fiscalização, focalização e administração, portanto, essa economia seria suficiente para a complementação orçamentária do PBF para atender a todos incondicionalmente.

Grisotti e Gelinski (2010) levantam críticas à focalização do PBF, por entenderem que a seletividade de um público alvo para as políticas sociais repetiria os problemas do modelo proposto, por exemplo, pelo Banco Mundial para a delimitação da *pobreza e extrema pobreza*, que se limita apenas a uma abordagem quantitativista. Apesar de serem contrários à focalização, Grisotti e Gelinski (2010) não negam os impactos do PBF sobre as famílias brasileiras mais descapitalizadas em termos financeiros, mas questionam o programa por não ter provocado mudanças fortes no sistema de proteção social a ponto de possibilitar a emergência de um *corporativismo social*, como acontece com o Canadá, França e países escandinavos.

Standing (2010) entende que a focalização conduz a dois graves erros: o erro grave tipo 1, caracterizado pela exclusão de muitas pessoas às quais o benefício se destina; o erro grave tipo 2, o contrário, ou seja, o benefício vai para aquele que não é elegível.

Outro caso que é pouco analisado por estudiosos e críticos do programa é o custo que onera os potenciais beneficiários dos programas focalizados de transferência de renda. As pessoas que buscam se integrar às políticas sociais têm despesas para se locomover às instâncias públicas, preparar documentação, participar de entrevistas e até receber fiscais do programa. Isso, às vezes se torna uma maratona exaustiva financeiramente para aqueles que têm um já debilitado orçamento. Nas palavras da autora:

A focalização, seja por meio de testes de elegibilidade por teto de renda ou testes de elegibilidade multidimensional, tem sido a regra de ouro do Consenso de Washington que apoiou a era da globalização. No papel, de acordo com uma determinada escola de economistas, pode parecer uma

ideia razoável. Na realidade, é cruel, ineficaz e injusta. Há muitos anos, um dos arquitetos intelectuais do estado de bem-estar europeu, Richard Titmuss, observou que as políticas implementadas apenas para os pobres eram invariavelmente políticas pobres. Muitos anos depois, Amartya Sen reiterou esse ponto, afirmando que “benefícios destinados exclusivamente aos pobres muitas vezes acabam sendo benefícios pobres”. Esta é uma realidade da focalização. (STANDING, 2010, p. 65)

Sob a ótica do direito, Faria & Silva (2016) avaliam o PBF como política pública capaz de garantir suprimento alimentar às famílias mais vulneráveis. Após uma extensa análise sobre os efeitos do PBF chegam à conclusão de que o programa tem mostrado avanços no que tange ao direito constitucional à alimentação. No entanto, advertem que, com a monetarização das famílias, o consumo de alimentos com maior poder calórico aumentou entre os indivíduos das camadas vulneráveis da população, e isso pode contribuir para acarretar a ocorrência de sobrepeso e até de obesidade nos beneficiários. Isso se daria pela inversão alimentar, ou seja, o consumo de alimentos com alto poder calórico e baixo teor de nutrição. Essa falta de ‘balanceamento alimentar’ pode contribuir para a ocorrência nessas famílias de doenças como hipertensão arterial e diabetes.

2.2. As percepções da relação entre o PBF e as dinâmicas socioeconômicas

As dinâmicas socioeconômicas são um fenômeno complexo e multidimensional. Aqui discutimos as percepções que circulam na sociedade sobre a relação entre o PBF e o as referidas dinâmicas. Em termos simbólicos, é nosso objetivo colocar em discussão os modos pelos quais os indivíduos, a partir de suas posições sociais, representam os efeitos do PBF sobre a economia e a sociedade locais.

Analisar como se relaciona o PBF e as dinâmicas socioeconômicas requer que reposicionemos o debate sobre o desenvolvimento, expressão que surge para sintetizar as dinâmicas supracitadas: o que é? Como se origina? Como se promove?

Nossa perspectiva teórica é a de que para entender o desenvolvimento e qualquer papel exercido por políticas públicas de qualquer ordem, a consideração das variáveis referentes ao crescimento econômico tem que ser acompanhada das referidas à construção de igualdade social e da liberdade de escolhas para o desenvolvimento, aproximando-nos das concepções de Furtado (1963) e de Sen (2010).

Segundo Furtado, o crescimento econômico traz a elevação do consumo. Se apenas uma pequena parcela da população acessa o mercado de consumo e uma maioria permanece excluída desse acesso, não temos desenvolvimento. A elevação do consumo de maneira equânime pode nos levar à amarga constatação de que [...] *o custo, em depreciação do mundo físico, desse estilo de vida é de tal forma elevado que toda tentativa de generalizá-lo levaria inexoravelmente ao colapso de toda uma civilização, pondo em risco a sobrevivência da espécie humana* (FURTADO, 2013, p. 174).

Essa reflexão nos leva a uma terceira dimensão do fenômeno do desenvolvimento, a ambiental. Furtado (2013) nos provoca a pensar que o caminho que liga crescimento ao desenvolvimento é cheio de *veredas*, tortuoso é o seu percurso, podendo nos conduzir às armadilhas e mitos do desenvolvimento econômico. É graças a essa artimanha econômica que:

[...] tem sido possível desviar as atenções da tarefa básica de identificação das necessidades fundamentais da coletividade e das possibilidades que abre ao homem o avanço da ciência, para concentrá-la em objetivos abstratos como são os investimentos, as exportações e o crescimento. (FURTADO, *idem*, p. 175)

Assim, não podemos criar expectativas ilusórias de que os nossos maiores problemas a serem superados (a miséria e a pobreza), podem ser solucionados apenas com a relativa monetarização de uma ‘fatia’ social que historicamente se manteve às margens dos processos produtivos, esperar que o desenvolvimento abrolhe do consumo procedente de programas compensatórios de distribuição de renda a exemplo do PBF. Pensar nessa direção é esquecer os efeitos nefastos da fracassada tese neoliberal de que o crescimento econômico por si só provocaria o desenvolvimento. Nos raros períodos em que o Brasil mais se desenvolveu foi quando houve a presença de um Estado mais intervencionista, e quando o País mais cresceu economicamente (década de 70), coincidentemente, criou uma das maiores massas de excluídos da face da Terra (FURTADO, 2013).

Nas palavras de Furtado (2013, p. 108):

[...] só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deva confundir com “crescimento econômico”, no mais das vezes resultados de mera modernização das elites – ali onde existir um processo social subjacente. É só quando prevalecem as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento.

O modelo de desenvolvimento a partir do crescimento econômico tem na maioria das vezes esbarrado na acumulação desigual da renda. O que poderia resultar em melhores condições de vida acaba sendo cooptado por uma minoria, e nesse caso, esse fenômeno mostra a raiz do paradoxo entre desenvolvimento e crescimento econômico no Brasil tem sido as nossas desigualdades socioeconômicas seculares.

Nossa perspectiva de desenvolvimento também se inspira na proposta elaborada por Amartya Sen (2010) que agrega ao conceito a liberdade das escolhas como essencial para a autonomia, a superação dos problemas sociais, à emancipação do ser humano. Essas potencialidades humanas não são conquistadas automaticamente pelo viés econômico. Para Sen (2010, p. 29), *o desenvolvimento tem de estar relacionado sobre tudo com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos.*

A liberdade defendida por Sen (*idem*) como fundamental ao desenvolvimento não se constrói desligada da esfera econômica. Para ela ser possível é necessário o crescimento econômico. No entanto, o que o autor sugere como pilastra mestra nesse processo é a qualidade de vida, a presença do Estado na forma da garantia da democratização dos direitos públicos à educação, à saúde, ao respeito aos direitos civis.. A capacidade da intervenção social politizada num contexto em que a liberdade impulsiona o desenvolvimento é aquilo que Sen apontou como sendo uma “relação de mão dupla”. Na ótica seniana [...] *as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais* (SEN, 2010, p. 25).

Em uma das muitas análises quantitativas sobre essa relação, Neri *et al.*(2010) constataram que para cada R\$ 1,00 gasto pelo programa diretamente com os benefícios, o PIB brasileiro teve um aumento de R\$ 1,78. As linhas desse estudo indicam que as transferências de renda mediadas pelo Bolsa Família têm impactado a dinâmica da economia do País, e em especial da região Nordeste, que tem o maior número de famílias beneficiárias (6.882.419), representando 50,38% dos benefícios concedidos em todo País, que em fevereiro de 2017 somaram 13.660.175 famílias vinculadas ao programa (MDSA, 2017).

Barbosa & Paulo, (2012) analisam a relação entre o PBF e o desenvolvimento, observando que:

Para que de fato haja desenvolvimento é necessário que o crescimento econômico se some à melhoria da qualidade de vida e que a população inteira tenha acesso a serviços públicos como saúde, educação e condições dignas de habitação. Não podemos negar a relação indissociável de ambos, mas enfatizamos a perspectiva da qualidade de vida. Para esse desenvolvimento realmente atingir todas as pessoas da sociedade é preciso que sejam dadas oportunidades iguais aos iguais, sem negar as diferenças alarmantes que separam as classes. O desenvolvimento tem que possibilitar ao indivíduo capacidade de escolha do seu destino. (BARBOSA & PAULO, 2012, p. 7)

Norteados pela teoria seniana de desenvolvimento, Silva (2008) faz uma análise à influência dos impactos do PBF para o desenvolvimento local, afirmando que *o Programa Bolsa Família enquanto política pública distributiva tem em sua estrutura mecanismos importantes no fomento ao desenvolvimento local*. (SILVA, 2008, p. 122)

Para Rosinke *et al* (2011), as políticas de redistribuição da renda são importantes para balancear o desenvolvimento social e econômico no País, nessa análise, os autores apontam o fato de que o PBF é capaz de auxiliar, e até manter certo nível de consumo em épocas de crise, dependendo das características socioeconômica do município, o programa pode representar um parcela significativa de recursos para a dinamização do comércio local. Assim, os autores ressaltaram:

[...] a importância do programa como política de enfrentamento à pobreza ao verificar a situação financeira das famílias atendidas e a importância comprovada na complementação da renda despendida com a alimentação das pessoas cadastradas no programa. Portanto, constata-se que os recursos destinados à população de baixa renda, por meio do Programa Bolsa Família, contribuem para o desenvolvimento da economia local e para o bem-estar das famílias atendidas. (ROSINKE *et al.* 2011, p.87)

Para Rocha (2013), o PBF, diante de seu desenho e de sua operação, vem cumprindo o papel que lhe cabe na redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil. Segundo a autora, o programa tem sido acompanhado em sua efetividade por estudiosos que se debruçam sobre o tema, seja no nosso país ou no exterior. No entanto, Rocha enfatiza que a positividade da amenização da miséria tem traços intrínsecos ao PBF, [...] *tornando-o adequado às condições de vida e características do desenvolvimento socioeconômico brasileiro* (ROCHA 2013, p. 133).

Costa (2009) concorda que as transferências de renda proporcionadas pelo PBF têm trazido dinamismo à economia, e que essa contribuição minimiza as desigualdades de renda

no Brasil, mas levanta críticas quanto ao baixo desempenho do Governo nas áreas de saúde, educação e saneamento. Em suas palavras:

A condição de mediocridade no desempenho das políticas sociais brasileiras nestas áreas é explicável pela ausência do papel indutor do governo central de políticas ativas de ampliação de cobertura (no saneamento) e orientação para a eficiência e qualidade (educação e saúde). Nesta situação, a restrição macroeconômica e as escolhas estratégicas de governo no campo da proteção têm afetado a qualidade de vida dos brasileiros nas áreas de saúde, educação e saneamento, embora expressivos ganhos redistributivos tenham sido observados pelo efeito do programa de transferência de renda em larga escala provocado pelo PBF. (COSTA, 2009, p. 704)

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo em termos socioeconômicos, o que tem, de acordo com Almeida & Silva (2016) contribuído para dificultar a indução do desenvolvimento sustentável, na medida em que afeta diretamente a qualidade de vida (bem-estar) da sociedade brasileira. Assim, os autores entendem que mesmo dentro das nossas ambiguidades sociais, o PBF tem sistematicamente contribuído com uma melhoria na renda de quem não tinha “quase nada”, eles enfatizam:

[...] que desde a implantação do Programa Bolsa Família (PBF) pelo governo federal brasileiro e as suas sucessivas melhorias, tem-se tentado resolver algumas questões ligadas à falta de renda e o que essa situação provoca, especialmente em seus efeitos negativos, procurando oferecer às famílias vulneráveis, do ponto de vista econômico, financeiro e social, outras expectativas além da fome e da miséria. (ALMEIDA & SILVA, 2016, p. 78)

Nos últimos anos, estudos especializados vêm indicando quedas sucessivas nos índices de *pobreza* no nosso país. Entre 1995 e 2008, o percentual de pessoas pobres (com renda mensal *per capita* inferior a meio salário mínimo) “caiu de 43,4% para 28,8%, o que significa que 12,8 milhões de pessoas ultrapassaram a linha da pobreza absoluta” (RABELO, 2010, p. 16).

Contra argumentando os resultados positivos acima citados, vemos que os *ventos que sopram* a equidade social começam a perder intensidade, há pouco, observamos que a queda acentuada na *pobreza* e *extrema pobreza* que vinham sendo gradativamente construída no cenário social brasileiro desde a implementação do PBF em 2003, a partir de 2016 começa a fazer o caminho inverso. Em uma recente reportagem do G1 da rede Globo, foi apresentado um relatório do BM no

qual a entidade afirma que a taxa da *extrema pobreza* que era de 3,4% em 2015 pode chegar a 4,2% em 2017. Isso representará uma ampliação de 6,8 milhões em 2015 para 8,7 milhões de pessoas vivendo na miséria. O BM ainda defende que o Bolsa Família tenha uma evolução orçamentária de 28,8 bilhões de reais em 2016 para 30,4 bilhões em 2017 para que seja contida o avanço da pobreza e da miséria no Brasil (G1 ECONOMIA, 13/02/2017).

Outro indicador social, o coeficiente de *Gini* (que mede a desigualdade de renda - quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade), esteve ‘estacionado’ por décadas no número de 0,602 no Brasil. Kerstenetzky (2009), ao analisar as políticas de distribuição de renda e enfocando o PBF, a autora observou que o *Gini* teve uma melhora significativa nos primeiros anos de implementação do programa:

Depois de oscilar por décadas em torno de um coeficiente de Gini de 0,602, a desigualdade na distribuição pessoal da renda no Brasil vem cedendo de modo inequívoco ao longo dos últimos seis anos (2001-2006), alcançando em 2006 um Gini de 0,56, o que representa uma variação negativa de cerca de 6% . (KERSTENETZKY, 2009, p. 56)

Seguindo os dados disponibilizados por Kerstenetzky (2009), observamos que a razão principal para essas mudanças no coeficiente de *Gini* foi a ampliação dos rendimentos do trabalho aliado aos aumentos reais do salário mínimo, e ainda, os rendimentos relativos aos programas de transferência de renda, em especial, O PBF. Nesse caso, a análise da autora se aproxima daquilo que Singer (2013) chamou de *real do Lula*, ou seja, a renda proporcionada pelos programas de transferência de renda, o aumento real do salário mínimo e a expansão do crédito consignado. Segundo Singer, essas medidas foram o diferencial para que o Brasil não *mergulhasse* na crise de 2008.

Há indicativos dos impactos positivos do PBF sobre a vulnerabilidade social no Brasil. Segundo Soares *et al.* (2007), o programa tem contribuído para à redução do índice de *Gini* entre 10 e 20%. Enquanto Tavares *et al.* (2008) afirmam que o programa pode ser responsável por uma queda 0,9 e de 1,1 pontos percentuais na redução da pobreza extrema e da pobreza respectivamente. Lembrando que no triênio que compreende 2000 a 2003, o GINI brasileiro era de 0,63, e em 2014 evoluiu para 0,49, ou seja, o principal índice que mede a qualidade de vida de um País teve uma evolução positiva nesse período de 22,2% (Cf. IBGE, 2015).

Essa positividade do PBF em seus impactos sobre a redução das desigualdades socioeconômicas no Brasil não é unânime. Como já mostrado anteriormente, existem as mais variadas correntes de pensamento a respeito do programa. Há os que afirmam que o programa tem apenas um caráter assistencialista, apenas amenizando a fome e não dando subsídios para a superação da condição do assistido. Há aqueles que acreditam que o PBF tem uma estrutura capaz de potencializar ações que gerem mobilidade social. Conforme aponta Osório *et al.* (2011), a contribuição do PBF deve ser entendido em relação a outros fatores que favoreceram a redução da pobreza e um relativo desenvolvimento nacional.

Souza (2013) é outra autora que mostra em seu trabalho a eficiência do PBF como forma de superação da pobreza, embora faça uma crítica quanto à focalização do programa. Segundo a autora, o fato do governo estabelecer uma linha monetária muito baixa para *pobreza* e *extrema pobreza* faz com que o PBF deixe um universo extenso de famílias fora de seus benefícios, e isso faz com que o programa seja excludente na admissão de seus beneficiários. Já em relação à queda dos índices de pobreza, a autora afirma que:

Os dados provam que o Programa Bolsa Família proporciona impactos positivos para a sociedade brasileira. O programa conseguiu reduzir em média 32% da extrema pobreza, diminuir as desigualdades de renda em 16% e aumentar a frequência escolar em média 80%. (SOUZA 2013, p.65)

Ao estudar os efeitos do PBF para famílias *pobres* e *extremamente pobres* da nossa sociedade, Fronza (2010) concorda que o Estado mantenha uma intervenção naquilo que historicamente contribuiu para a formatação de uma sociedade tão desigual como a nossa, a concentração da renda. Para essa autora:

É papel do Estado a distribuição da riqueza produzida de forma igualitária, e papel da sociedade realizar o controle para que ações dessa natureza sejam concretizadas, porém, em uma sociedade desigual onde a fome e a violência fazem parte do cotidiano de tantos é preciso garantir aos pobres e extremamente pobres o básico, de modo que com a melhora das condições possam lutar por novos patamares de sociabilidade. (FRONZA 2010, p. 93)

Almeida & Silva (2016) também defendem a intervenção do Estado na distribuição de renda por meio dos PTRs enquanto o País não estabelece um arranjo social que promova equidade na distribuição de renda. Enquanto isso não acontecer, os PTRs são paliativos capazes de amenizar o problema da pobreza e da miséria no Brasil. Como mostram os

vários estudos sobre essa temática, o PBF vem oportunizando [...] às famílias desamparadas financeiramente oportunidades mínimas de sobrevivência e, quem sabe, até de uma vida digna (ALMEIDA & SILVA, 2016, p. 79).

A mensuração e o conceito de *indigência* é algo que requer complexidade analítica. A pobreza é algo que tem sido debatida por milênios, e a sua conceituação tem se modificado ao longo do tempo. No Brasil o tema tem ganhado maior discursão no debate das desigualdades desde que a pobreza foi considerada um problema social, a partir do final do século XX (Cf. MAURIEL, 2010).

A FAO é um instituto internacional que há cinquenta anos vem fazendo um acompanhamento sistemático da fome no mundo, e segundo a entidade, o problema da subalimentação no Brasil se encontra com índices abaixo de 5%, e esse baixo nível de pessoas na linha da indigência é um indicativo de que o País conseguiu sair do mapa da fome no mundo. Em estudos mais recentes, essa instituição publicou um relatório que mostra que entre 2001 e 2012, os 20% mais pobres no Brasil tiveram sua renda elevada proporcionalmente três vezes mais que a renda dos 20% mais ricos. Esses estudos ainda comprovam que a taxa de pobreza extrema, do ano de 1990 a 2012, foi reduzida de 25,5% para 3,5% no Brasil e na região Nordeste segundo o IPEA (2013) esse número decresceu de 28,4% para 4,3%.

Os dados do programa apresentados pelo MDSA mostram uma involução em termos quanti/qualitativos, ou seja, há um *enxugamento* no programa que se dá em nome do combate à corrupção, e também do aquecimento da economia. Quando examinamos o número de beneficiários em 2014 temos 13,9 milhões de beneficiários segundo o MDS (2014), e em julho de 2017 esse número decresceu para 12.740.640 famílias beneficiárias, uma queda de 7,8% (Cf. MDSA, 2017).

A linha que divide *pobreza* e *extrema pobreza* no Brasil está vinculada a valores monetários, e é considerada relativamente baixa por alguns autores e, portanto, insuficiente para retirar o pobre de sua “condição passiva”, como bem mostra Simmel (1998). Para alguns estudiosos dessa temática, o conceito de pobreza é algo que carrega um valor histórico e mutável. De acordo com Sales (2015), esses conceitos representam um conjunto histórico de avaliações que se desdobram dialeticamente. Algumas nações, a exemplo de

Portugal e Estados Unidos da América – EUA, têm feito uso de parâmetros financeiros para delimitar aquilo que se caracteriza como as categorias de *pobre* e de *indigente*. O Brasil é um dos países que aceitaram a divisão monetária entre as linhas da *pobreza* e *extrema pobreza*, classificando o significado do ser pobre em ter uma renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 170,00; extremamente pobre ou indigente a renda *per capita* mensal igual ou inferior a R\$ 85,00 (Cf. MDSA, 2016).

Bischoff (2015) entende que apesar das melhoras significativas nos indicadores sociais nos últimos anos, as desigualdades socioeconômicas ainda são um entrave na busca da erradicação da pobreza, sendo isso algo ainda distante.

Picanço (2013) desenvolve um estudo comparativo no qual analisa a influência do BNDS na construção das políticas sociais capazes de contribuir para a redução da pobreza. O autor sinaliza que a trajetória brasileira de combate e enfrentamento à pobreza se dá de forma diferente do modelo utilizado para essa mesma finalidade na Europa, pois o nosso caso se deu de forma tardia, incompleta e destituída da universalidade, e que ainda responsabiliza a pobreza pela não superação de seu fracasso.

Esse autor defende que o BNDS tenha uma linha de pensamento voltada para o social, e vai além:

Assim como é contratado geólogo para o setor de mineração e psicólogo para o setor de recursos humanos do banco, visando fortalecer sua capacidade técnica, seria útil para o BNDES contratar sociólogo e até antropólogo para avançar no conhecimento técnico da área social e avaliar os impactos nos entornos dos investimentos. Sejam investimentos nos projetos que tocam os índios na Amazônia ou nas obras de mobilidade com remoções de populações urbanas. Inclusive, a ausência dessas competências dificulta o diálogo do banco com movimentos sociais e a sociedade civil, que têm o valioso papel de impulsionar as empresas e o próprio BNDES para uma atuação que garanta a integração das dimensões sociais e ambientais lado a lado das econômicas. A formação de um sociólogo benedense poderia facilitar a aproximação de dois universos distintos: banco e política social. (PIANÇO, 2013, pp. 130-131)

O autor ainda critica a visão elitista de que o crescimento econômico pode contribuir para equiparar as desigualdades, razão maior das discrepâncias socioeconômicas. Ele enfatiza o caso de gestores e ex-gestores do BNDS serem contra a tese de “fazer o bolo crescer para depois dividir”, esse ‘mote’ ainda é bastante compartilhado, seja na instituição ou na economia brasileira de forma geral. Esse pensamento secular e transcendente no

tempo se torna ineficiente como ferramenta de combate a pobreza, pois o “bolo” jamais é dividido de forma proporcional e equânime, fato esse que perpetua as nossas desigualdades. O percurso de nossas disparidades sociais é oriundo da longevidade latifundiária que tem suas raízes fundadas na senzala e na casa grande, as tradições de ‘ontem’ é o combustível da ‘locomotiva’ do atraso social que perdeu o freio capaz de estancar nossas mazelas socioeconômicas.

A pobreza jamais poderá ser desvinculada da sensata ideia de que a baixa renda é uma de suas principais causas, isso se dá pelo fato da insuficiência monetária ser a ‘pedra fundamental’ para o desenvolvimento das capacidades.

Souza (2009), ao manter sobre a superação da pobreza o olhar *seniano* da liberdade de opções para superar as vulnerabilidades, a autora defende que a superação da condição de pobre só pode ocorrer diante de uma política que possa dar aos mais carentes além da sustentabilidade alimentar, a possibilidade dessas pessoas terem a oportunidade de fazerem suas escolhas.

Em uma pesquisa em que analisou os meios para a superação da pobreza desenvolvida pelo PNUD em parceria com o IPEA em 2007, a autora percebe que a ampliação das capacidades do indivíduo é fundamental para minimizar os efeitos nefastos da pobreza. A pesquisa mostrou dados que corroboram com a tese de que é necessário mais que um indicador financeiro para delimitar, e até superar a condição do *pobre* e do *indigente* (SOUSA, 2009).

A autora conclui que os critérios adotados como ‘porta de saída’ do PBF são contraditórios com a sua ideologia de superação da pobreza, que deve acontecer por meio das condicionalidades às quais o programa está vinculado. O PBF está fundamentado na estratégia da capacitação humana, e assim sendo, a partir do momento em que se impõe uma linha monetária (de R\$ 170,00) para a saída do beneficiário, há um escasseamento do desenvolvimento humano que impossibilita os beneficiários do PBF de fazerem as escolhas capazes de cortar o “cordão umbilical” que os mantêm presos à multidimensionalidade da pobreza (Cf. SOUSA, 2009).

Testa *et al.* (2013) afirmam que o PBF impactou decisivamente a sociedade brasileira, na medida em que atinge mais de 13 milhões de famílias naquilo que é

fundamental a essas pessoas, a renda. Segundo sua pesquisa, o programa tem dado sua contribuição para promover uma relativa autonomia às pessoas, e que essa emancipação contribui para a capacitação humana, deixando as pessoas em condições de fazerem escolhas que possam afetar positivamente as condições subjetivas dessas famílias.

No entanto, os autores alertam para uma deficiência do PBF, ou seja, uma *opaca* capacidade de promover autonomia de longo alcance, capaz de gerar uma efetiva mobilidade social. Nas palavras deles:

Por outro lado, também fica claro que o PBF não é suficiente para garantir a autonomia dos indivíduos. Mesmo recebendo o benefício, muitas famílias são incapazes de superar alguns problemas relacionados à saúde, moradia, trabalho, entre outros que afligem a população mais vulnerável. De fato, não se espera que apenas por meio da distribuição de renda todas as capacidades sejam desenvolvidas. A transferência de renda permite a muitas famílias beneficiárias melhorarem suas condições de vida, através de uma alimentação mais adequada, melhorias na moradia, aquisição de bens de consumo, entre outros aspectos. Porém, apenas a transferência de renda não basta para a realização de uma mudança efetiva nas condições e no modo de vida das famílias que dela necessitam. (TESTA *et al.* 2013, p. 1538)

Em um artigo que discute a importância do papel do Estado no desenvolvimento das políticas sociais, e como seus impactos interferem no desenvolvimento local no qual o crescimento econômico caminha de ‘braços dados’ com a justiça social, Ananias (2010) apresenta resultados e desafios a serem superados pelas políticas redistributivas no Brasil. O autor mostra que enquanto o Estado se manteve distante das políticas de enfrentamento da pobreza e da fome, o que predominou foi uma cidadania fraturada, e que nesse período a fome foi algo que esteve distante das discussões dessa agenda tão essencial para o desenvolvimento, sendo como bem mencionou Josué de Castro (1984, p.20), uma *conspiração do silêncio*.

Para Ananias (2010), a pobreza e a fome foram ‘fantasmas’ que assustaram o cenário brasileiro por várias gerações, em boa parte, pelo distanciamento entre Estado e povo. Alguns registros se mantêm vivos no imaginário popular, e se por um acaso temos um leve esquecimento desses fatos tão humanamente degradantes, é bom lembrar o poeta pernambucano João Cabral de Melo Neto quando fala dos *Severinos*:

E se somos Severinos / iguais em tudo na vida, / morremos de morte igual, / mesma morte severina: / que é a morte de que se morre / de

velhice antes dos trinta, / de emboscada antes dos vinte / de fome um pouco por dia / de fraqueza e de doença / é que a morte severina / ataca em qualquer idade, / e até gente não nascida. (ANANIAS, 2010, p. 316-317)

Ananias (*idem*), usando dados de uma pesquisa do Instituto de Ensino e Pesquisa (INSPER) de São Paulo, mostra que a evolução orçamentária do PBF nos anos 2005 a 2006 tiveram relevantes impactos positivos para a economia.

O estudo constatou que o impacto da expansão do valor dos benefícios pagos pelo Bolsa Família entre 2005 e 2006, de R\$ 1,8 bilhão, provocou um crescimento adicional do PIB de R\$ 43,1 bilhões e receitas adicionais de impostos de R\$ 12,6 bilhões. Isso representa um ganho tributário 70% maior do que o total de benefícios pagos pelo Bolsa Família em 2006, que na época foi R\$ 7,5 bilhões. (*IBIDEM*, p. 320)

Ananias (2010) mostra a evolução significativa do PBF e seus impactos tributários para o País entre 2005 e 2006. O tesouro Nacional por meio do relatório *Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015* apresenta a evolução das despesas sociais do Governo Federal de 2002 a 2015, o PBF teve uma evolução de 0,29% em dezembro de 2004, a 0,45% do PIB brasileiro em dezembro de 2015, um aumento de 55,2%. (TESOURO NACIONAL, 2016, p. 17).

Em termos do número de beneficiários, o mesmo documento mostra que em dezembro de 2004, o PBF tinha 6.571.839 famílias recebendo benefícios, e, em dezembro de 2015, esse número atingiu a cifra de 13.936.791, o que significa uma ampliação do número de beneficiários de 112,6% (*idem*, p.17).

Ao analisar os avanços das políticas sociais brasileira, dando ênfase a partir dos progressos conquistados pela constituição de 1988, Sampaio (2010) defende o debate democrático dessas políticas sociais, as quais ainda estariam em processo de construção. A autora mostra a necessidade de se buscar meios que sejam capazes de dar mais objetividade aos programas sociais, chamando a atenção para a tolerância das desigualdades sociais, que se constituiria um empecilho à superação da pobreza, pois ao mesmo tempo em que é ‘normal’ o governo transferir renda para às classes mais abastadas e dar subsídios a alguns setores da economia, é *anormal* que se faça o mesmo com as pessoas que estão na base de nossa pirâmide social. Esse fato contribui para legitimar a máxima de que a ‘escada que sobe Francisco não pode ser a mesma que sobe chico’.

Em *Atlas do Bolso dos Brasileiros*, Neri *et al.* (2010), constroem o mapa da renda do brasileiro na primeira década do terceiro milênio. Os autores reconhecem os primeiros dez anos de implementação do PBF como sendo a década da redução da desigualdade de renda, assim como a de 90 significou a da estabilidade da moeda; a de 80 a da redemocratização e a de 70, a do crescimento econômico. Mesmo o crescimento de 2001 a 2010 sendo apenas um terço do conquistado na década de 70, a redução das desigualdades nesse período teve a mesma dimensão estatística de sua elasticidade na década de 60.

2.3. As percepções sobre o PBF, de acordo com as posições sociais dos indivíduos

Toda política pública tem como *pano de fundo* a necessidade de seu reconhecimento pela sociedade. Nesse sentido, buscamos apresentar nessa seção uma revisão da literatura sobre as percepções dos impactos que o PBF tem produzido em termos de dinâmicas econômicas e sociais.

De acordo com Vieira *et al.* (2016), em uma pesquisa que analisou a percepção social dos efeitos do PBF, quanto mais se eleva o nível socioeconômico e cultural das pessoas, maior é o *grau de desinformação* e *visão negativa* do programa. Usando uma amostra de indivíduos estudantes do Curso de Administração da Universidade Federal de Santa Maria, estratificados pela renda familiar. Suas conclusões podem ser assim apresentadas:

Os testes descritivos evidenciam que os estudantes universitários têm menor conhecimento sobre questões mais específicas do programa: a maioria acertou menos da metade das questões propostas, demonstrando a falta de conhecimento por parte dos mesmos. Em relação à percepção, os universitários avaliaram de forma mais positiva o fato de que o Programa Bolsa Família possibilita aos beneficiários o aumento do consumo, além de discordarem quanto à ampliação do programa, já que consideram que os recursos não alcançam os objetivos propostos. Os testes evidenciaram ainda que, conforme aumenta o nível de renda familiar dos indivíduos, pioram as suas percepções acerca do Programa Bolsa Família. (VIEIRA *et al.* 2016, p.75)

Como já apresentado acima, a discussão acerca dos efeitos do PBF têm provocado estigmas, preconceitos e, também, o reconhecimento social. Castro *et al.* (2009, *apud* RABELO, 2014) realizaram uma investigação sobre a satisfação social com o PBF, a partir de uma amostra de indivíduos de vários extratos sociais, em todas as regiões do Brasil. A

pesquisa constatou um elevado percentual de aprovação ao Programa: 72% dos respondentes consideraram que o PBF *traz coisas boas para o país* (RABELO, 2014, p. 230). Comparando os percentuais de rejeição do programa, a pesquisa aponta para um maior descontentamento entre os entrevistados da região Sul (16,9%) do que entre os da região Nordeste (6,3%). Também nesse estudo a desaprovação do PBF aumenta conforme sobe o estrato social:

Enquanto nos estratos de menor renda apenas 5% desaprovam o Programa, nos grupos com renda superior a 10 salários mínimos essa desaprovação representa 26%. Da mesma forma, quanto maior a escolaridade, maior a taxa de desaprovação: enquanto ela é de 5% para as pessoas sem instrução, alcança 24% entre os respondentes com escolaridade superior. (CASTRO *et al.*, 2009, p. 339)

Peixoto (2010), ao investigar os efeitos do PBF sobre a subjetividade das beneficiárias, constata a importância do programa no sentido de elevar a autoestima das delas. Segundo a autora, as beneficiárias enfatizam o fato do empoderamento financeiro proporcionado pelo PBF, na medida em que, como se trata de um dinheiro *certo todo mês*, esse fenômeno tem aumentado a credibilidade das mulheres frente ao comércio e aumentado a capacidade de planejamento de suas vidas. O empoderamento que o PBF representa pode contribuir para o questionamento do patriarcalismo, pois a partir do momento em que as beneficiárias têm suas remunerações mensais elas passam a ter maior domínio em questões que antes eram relegadas apenas aos maridos.

Em seu estudo qualitativo, a autora ainda conclui que:

[...] a ênfase nos aspectos econômicos e a melhoria das condições financeiras, a partir do recebimento do benefício pago em seus nomes, fazem com que as mulheres se percebam mais valorizadas, socialmente. A gestão dos recursos do Programa realizada pelas mulheres, através da compra dos itens de alimentação e materiais escolares para seus filhos e, ainda, de produtos básicos para a manutenção da casa, como o gás, é bastante enfatizado por elas. (PEIXOTO, 2010, p. 168)

Nossa pesquisa pretende se inscrever no esforço dessas questões apresentadas nesta seção, podendo também ser considerada em termos da discussão proposta por Sardan (2015), perspectiva que pretendemos agregar para a análise das concepções de indivíduos que habitam áreas para as quais são formuladas políticas públicas de incremento da transferência de renda para camadas pobres da população.

CAPÍTULO 3 - BOLSA FAMÍLIA E AS DINÂMICAS SOCIOECONÔMICAS

Este terceiro capítulo tem a finalidade de apresentar nossa análise dos dados coletados através de entrevistas realizadas no decorrer do trabalho de campo. As entrevistas foram realizadas no comércio de Catolé do Rocha/PB, nas igrejas católicas e protestantes, com beneficiários e não beneficiários do PBF. Nesse trabalho de campo, buscamos informações que nos deem o aporte necessário para entender como os impactos do Programa Bolsa Família sobre as dinâmicas socioeconômicas da cidade citada têm sido concebidos.

Buscamos entrevistar as pessoas em seus ambientes de trabalho, utilizando um roteiro estruturado com questões ligadas às visões que os indivíduos têm, a partir de suas posições no espaço social, a respeito dos impactos do PBF sobre as atividades econômicas e as trajetórias individuais na região selecionada para o estudo.

Nossa estratégia foi a de mantermos uma conversa até certo ponto informal com as pessoas, como forma de evitarmos inibições e artificialidade na expressão de opiniões e visões a respeito dos impactos do PBF nas dinâmicas socioeconômicas locais.

Ouvimos donos dos estabelecimentos comerciais, gerentes, funcionários, párocos, e pastores evangélicos. Nos relatos que seguem os entrevistados não serão identificados com seus nomes verídicos, mas com uma descrição do lugar que ocupam na sociedade e um número a eles associados [ex.: proprietário 1, 2, 3...; gerente 1, 2, 3... vendedor 1, 2, 3...; padre... executivo... e administradores]. Utilizamos esse expediente para preservar a identidade das pessoas que compõem a amostra constituída para essa pesquisa.

3.1. As visões de indivíduos que atuam no setor de comércio de Catolé do Rocha/PB a respeito dos efeitos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas locais

Um proprietário de supermercado de pequeno porte na área periférica da cidade é nosso primeiro entrevistado. Ele nos conta que se estabeleceu na cidade desde 1991, e que, de início, as vendas eram tímidas, o que já o fez pensar em *desistir do comércio*: “eu cheguei aqui em 1991, no começo eu vendia pouco mais depois começou a surgir esses programas de governo e as coisas melhoraram”. Quando lhe perguntamos sua opinião sobre a influência do PBF no comércio local, o senhor é enfático em afirmar que:

Esse programa traz mais dinheiro pra cidade. Se tem mais dinheiro, tem mais gente comprando, e se tem mais gente comprando o dinheiro gira e gera desenvolvimento. Como eu já disse, de primeiro eu vendia mais pouco, aí, depois, melhorou muito. Foi mais gente que entrou no Bolsa Família e com isso corria mais dinheiro. É bem verdade que aqui eu vendo mais pra aposentado, mais também tem muita gente do Bolsa Família que me compra. Só que de uns tempos desses pra cá caiu muito as vendas. Tem muita gente sendo cortado do programa. (Proprietário de empresa comercial 01. Entrevista realizada em 20/03/2017)

Segundo o entrevistado, o PBF tem uma relação com o volume de vendas no seu supermercado, bem como a renda dos aposentados. Esta última lhe dá certa segurança, pelo fato do benefício [RMV] ser vitalício e condicionado ao valor do salário mínimo. Vale destacar sua alusão ao corte de pessoas do PBF e a redução nas vendas.

Ao analisar as informações referentes aos valores repassados pelo Governo federal ao programa, disponibilizadas pelo MDS (2016) e MDSA (2017), observamos que entre os meses de julho de 2016 a fevereiro de 2017, o montante destinado aos beneficiários em Catolé do Rocha/PB teve uma redução de 1,5% no período, sendo que nesse intervalo de tempo o número de beneficiários na região aumentou em 2,4%. Esses dados têm reflexo direto no valor do benefício médio pago pelo PBF. Feitas as contas, percebemos que a redução no valor médio do benefício entre 07/2016 e 02/2017 foi de 3,86%. Assim, podemos interpretar que parte da redução no consumo, citado pelo entrevistado como sendo devido ao corte de pessoas do PBF, pode estar relacionada também com a adequação financeira a que se sujeitaram os beneficiários do programa.

Em uma loja especializada em tecidos e confecções no centro da cidade realizamos outra entrevista. Na ocasião, um senhor de 70 anos (o proprietário), disse-nos que há 40 anos está estabelecido no comércio da região vendendo roupas *prontas* e tecidos para costura. Ao iniciarmos nossa conversa ele afirma que:

Vendo tecido e confecção há 40 anos. Ainda muito jovem abri essa loja e estou aqui até hoje. De uns anos desses pra cá as vendas melhoraram muito, depois que os governos resolveram ajudar a pobreza. Aqui, a maioria da nossa freguesia é de aposentados, e uma boa parte de mulheres que tem o Bolsa Família. Agora as coisas estão encurtando, o dinheiro tá ficando difícil, mas a nossa sorte é esse povo, se não fosse a coisa era feia. (PROPRIETÁRIO 02. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

A fala do senhor confirma o teor apresentado na anterior, indicando um *aquecimento* nas vendas a partir da vigência do PBF e também da aposentadoria rural: “[...]”

De uns anos desses pra cá as vendas melhoraram muito [...]”. Essa declaração atesta um aumento na renda da base da pirâmide social que coincide com as pessoas que estão vinculadas aos benefícios do PBF e referido benefício.

Quanto à informação exposta pelo senhor de que “[...] agora as coisas estão encurtando, o dinheiro tá ficando difícil, mas a nossa sorte é esse povo, se não fosse a coisa era feia [...]”, podemos fazer duas interpretações: a primeira, a de que os recursos monetários dessas pessoas estão ficando escassos em função da já citada redução orçamentária do PBF; a segunda se refere à crise financeira associada com a estiagem que assola a região há cinco anos.

Quando indagamos como ele visualizava o comércio local, o entrevistado falou o seguinte:

Olha, meu filho, desde que os governos criaram esse Bolsa Família, as coisas melhoraram muito. As pessoas podem viver melhor, comprar mais e se alimentar melhor, e com isso o comércio cresce e a região também. Aqui, como eu já lhe disse nós vendemos muito a esse povo que há vinte anos só comprava uma roupa de ano em ano, e hoje compra a prestação, mas compra. Basta você vê a quantidade de loja e supermercado que se instalou aqui nos últimos anos. Só tem uma coisa que eu acho errado, é que onde tem uma pessoa com Bolsa Família ou aposentadoria, tem dois ou três preguiçosos encostado, só comendo, sem querer fazer nada. Eu acho que o governo deveria investigar melhor e só colocar as pessoas que realmente precisam. (PROPRIETÁRIO 02. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

A fala acima apresentada mostra o reconhecimento do entrevistado em relação ao significado do programa enquanto política de distribuição de renda às famílias mais pobres. Nessa exposição, muitas das perguntas do nosso roteiro de entrevistas são respondidas sem a necessidade de nossa intervenção. Declarando que “[...] as pessoas podem viver melhor, comprar mais e se alimentar melhor [...]”, nos responde *o que os beneficiários mais compram?*

Em outro trecho, “[...] como eu já lhe disse nós vendemos muito a esse povo que há vinte anos só comprava uma roupa de ano em ano, e hoje compra a prestação, mas compra [...]”. Esse fragmento do discurso mostra o relativo empoderamento das famílias a partir da implementação do PBF, pois segundo o entrevistado, para esse universo de pessoas que hoje são beneficiárias do referido programa, há alguns anos era impensável a compra daquilo que é mais essencial à vida, ou seja, a alimentação. E isso foi relativamente

melhorado nos anos que delimitaram o início e o desenrolar dos programas sociais de transferência de renda, dos quais, o PBF é parte integrante.

Outro fato destacado pelo entrevistado é a crítica ao programa, expressa na sua menção aos “preguiçosos”, que segundo ele ficam *encostados* às famílias, sem quererem trabalhar. Ele também avalia o PBF e sugere maior rigor na vigilância e critérios de admissão e manutenção das famílias ao PBF.

No discurso do entrevistado está indicada a associação entre o PBF e a *preguiça* sem a menção à rarefação da mão-de-obra que ela provocaria, mas como uma avaliação do que pode ser um dado a ser mais estudado – o fenômeno dos *encostados*.

Outro entrevistada, uma gerente de loja de confecção popular nos disse que está há 15 anos trabalhando no setor de comércio na cidade. Quando indagada sobre a quem mais vendia seus produtos ela nos afirma que:

Atualmente as vendas estão muito fracas. Por conta dessa crise nós tivemos uma grande redução nas vendas. Até 2014 a gente vendia muito bem. Aqui a maior parte das vendas é aos aposentados e funcionários públicos, e aos beneficiários do Bolsa Família. O programa é bom, deixa muito dinheiro na cidade isso não se pode negar, mas de uns anos pra cá parece que tá diminuindo, tem muita gente saindo e outros recebendo menos. (GERENTE 01. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

Embora não tenhamos evidências empíricas relativas a dados quantitativos sobre como a renda advinda do PBF influencia a atividade comercial, encontramos uma significativa percepção entre os entrevistados de que os valores dos benefícios do referido programa são importantes para aquecer o comércio local. Também é comum o alinhamento discursivo das pessoas em relação à queda nas compras nos últimos dois anos, podendo esse fato estar relacionado em parte aos cortes orçamentários do PBF, verificados quando analisamos os dados do MDSA em 2017 e comparamos com os de 2016, cedidos pelo extinto MDS.

Quando perguntamos a uma gerente de uma loja de calçados que trabalha no comércio há doze anos, sobre a quem ela mais vendia, a senhora menciona como o PBF se reflete em sua atividade:

Se o senhor observar, todo esse dinheiro que é destinado ao programa (PBF) todos os meses vem parar no comércio. É dinheiro espalhado na cidade. Não vou lhe dizer que agente só vende às mulheres do Bolsa Família, mas elas representam um bom número de vendas pra gente, seja

à vista ou a prazo. Mais o pior é que essa crise veio pra quebrar o comércio, hoje nós vendemos bem menos do que há cinco anos. O poder aquisitivo do povo está muito baixo. (GERENTE 02. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

A fala da entrevistada se alinha às demais aqui apresentadas, no sentido de que o programa se tornou algo importante para desenvolver o comércio local e na percepção da diminuição do poder aquisitivo do povo.

A gerente reconhece como *boa* a ação do PBF na cidade, pois segundo ela, “ele aquece o comércio local”. Quando lhe perguntamos se ela conhece muitos beneficiários? A pronta resposta foi afirmativa. Quando questionamos sobre os beneficiários viverem apenas da “bolsa” a moça simplesmente diz que:

É impossível uma família viver com tão pouco. É claro que eles têm outras rendas só não podem ter carteira assinada. Não são todos, mas a maioria diz que depois do PBF ninguém quer mais trabalhar, e que hoje é difícil até conseguir uma empregada doméstica.

Por fim, ao ser indagada como seria para ela e seu comércio se o PBF fosse extinto? A senhora disse: “olha talvez a gente não “fechasse as portas”, mas uma coisa é certa, as vendas diminuiriam bastante”.

Ela ainda afirmou que:

Veja bem, o fato das pessoas comprarem menos é justamente a falta de trabalho. As empresas estão quebrando e não tem emprego, principalmente para quem não está qualificado. Essa história de dizer que ninguém quer trabalhar é preconceito. Podem existir alguns que se acomodem, mas a grande maioria quer trabalhar, ganhar mais para poder viver melhor, mas o problema é que não acha o serviço. Olhe o exemplo de nossa funcionária: foi cortada do programa porque conseguiu trabalho aqui e assinamos sua carteira de trabalho. Pergunte se ela quer a bolsa ao invés do emprego que ela tem hoje? (GERENTE 02. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

Quando indagamos à funcionária sobre sua possível escolha entre Bolsa Família que recebia e o emprego formal que conquistou, ela diz que “[...] o emprego me dá segurança enquanto a bolsa é hoje e pode não ser amanhã, e além do mais, o valor é mais alto e eu tenho a carteira assinada, o que me dá direitos”. A fala da funcionária indica que ela sabe discernir entre o que Zimmermann (2006) chamou de direito e *quase direito*, ou seja, o autor mostra o PBF à luz do Direito, e conclui que o programa não é um direito

constitucional pelo fato da limitação do número de benefícios nos estados e municípios, o que faz com que o PBF não seja uma política pública universalista.

Quando a gerente diz que “[...] essa história de dizer que ninguém quer trabalhar é preconceito, podem existir alguns que se acomodam, mas a grande maioria quer trabalhar, ganhar mais para poder viver melhor, mas o problema é que não acha o serviço [...]”, ela pode ser interpretada como uma fragilidade da versão de que o PBF é uma *fábrica* de vagabundagem, observada empiricamente inclusive pelos populares.

Uma mercearia foi o local da entrevista seguinte. Nela se vende desde brinquedos, utensílios de cozinha até material escolar. Na ocasião fomos recepcionados por uma vendedora que fez questão de nos ceder a entrevista desde que não fosse identificada ou gravada, exigência essa por nós atendida. A moça nos falou sobre a sua experiência de seis anos no comércio local, cinco deles trabalhando na informalidade, pois a formalização só acontecera no último ano, fato esse que culminou com a perda do benefício do PBF. A funcionária nos relata o dia a dia da loja, os produtos mais vendidos, e a quem mais se efetuam as vendas *etc.* Quando a interpelamos sobre os impactos dos programas sociais de transferência de renda e especificamos o PBF, a moça comentou nos seguintes termos:

Olha amigo, a nossa sorte é o Bolsa Família e os aposentados que é um dinheiro certo todos os meses. Nós aqui vendemos muito material escolar, e em início e meio de ano as vendas aumentam bastante, pois as mães compram o material escolar das crianças. O comércio já está muito fraco e se não fosse por essas pessoas que pouco ou muito sempre compram nós já tínhamos fechados as portas. (VENDEDORA 01. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

Sua fala também confirma a visão dos entrevistados anteriores sobre a importância do PBF para as vendas no comércio local.

Quando perguntamos a respeito do que os beneficiários do PF mais compram, ela respondeu que nessa loja era o material escolar, e em segundo lugar itens de vestuário. Nossa última questão (Como seria para você e o comércio no qual você trabalha se o Bolsa Família fosse extinto?), é também respondida quando a funcionária termina pela citação: “[...] O comércio já está muito fraco e se não fosse por essas pessoas que pouco ou muito sempre compra nós já tínhamos fechados as portas”.

Na sequência da entrevista questionamos a vendedora sobre o que ela achava dos beneficiários do PBF, ela fez um gesto de indignação e respondeu:

Eu fui beneficiária durante cinco anos até conseguir esse trabalho com carteira assinada e ser retirada do programa. O que eu lamento é as pessoas dizerem que quem tem Bolsa Família é preguiçoso. Eu sei o que eu passei pra arranjar emprego! Já trabalhei em tudo, desde fazer faxina até hoje ser balconista. Ninguém quer viver sem ganhar dinheiro, mas o problema é que quem diz isso geralmente tá com raiva porque perdeu a empregada que trabalhava quase de graça, e agora não quer mais se sujeitar porque tem no mínimo o que comer em casa. (VENDEDORA 01. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

O relato da funcionária mostra sua posição de indignação frente aos discursos que estamos habituados a ouvir em relação aos beneficiários do PBF. Em certa medida ela confirma os dados do estudo realizado por Rego & Pinzani (2013) que analisou a atribuição de ociosidade aos beneficiários do PBF. Esses autores dizem que: “Como acomoda? O ser humano é *desejante*. Eles querem mais da vida, como qualquer pessoa. Quem diz isso falsifica a história. Não há acomodação alguma” (REGO & PINZANI, 2013, p. 22).

A funcionária afirma conhecer muitos beneficiários, e que ela também já esteve vinculada ao programa, ela não reconhece a tese das pessoas poderem viver apenas com os rendimentos do programa e que conhece muita gente que apesar de ter *a Bolsa* vive na batalha para melhorar a renda. Quando perguntamos da importância dos impactos financeiros do programa, ouvimos: “o Bolsa Família é muito importante, pois é um dinheiro certo que o comércio pode contar com ele todos os meses. Sem o Bolsa Família, eu não sei como seria” (VENDEDORA 01. ENTREVISTA REALIZADA EM 20/03/2017)

Outra entrevista realizada foi em uma loja de eletrodomésticos, o gerente afirmou estar instalada na cidade desde 2009. Quando perguntado sobre o motivo da rede de lojas fazer a opção por Catolé do Rocha/PB, uma cidade de 35 mil habitantes para se fixar, sua resposta foi a seguinte:

Essa rede tem 80 lojas espalhadas pela Paraíba e Rio Grande do Norte, e nós enxergamos em Catolé do Rocha um potencial para o desenvolvimento. Além do mais, nós gostamos de trabalhar em cidades com menos de 50 mil habitantes” (GERENTE 03. Entrevista realizada em 21/03/2017)

Na sequência, quando questionado sobre a influência do Bolsa Família para o comércio da região o gerente é enfático em afirmar que:

Não posso negar que esses programas de assistência social sejam muito importantes para dinamizar o comércio local, tendo em vista o fato de eles injetarem muito dinheiro na economia da cidade. Mas, o senhor analise que vendemos móveis e eletrodomésticos, e esses produtos tem um valor agregado mais alto, portanto, eu quase não vendo para os bolsistas do programa Bolsa Família porque meus produtos são mais caros, beneficiárias e aposentados compram mais alimento, vestuários e material escolar. Às vezes efetuo alguma venda aos bolsistas, mas são pessoas que moram na zona rural e têm outra fonte de renda além do BF, e assim, podem pagar mais por um produto. Agora já os meus vizinhos, esses sim vendem muito aos beneficiários porque os produtos do comércio deles são de preços mais acessíveis e se encaixam melhor para pessoas de baixa renda. (GERENTE 03. ENTREVISTA REALIZADA EM 21/03/17)

A fala do gerente confirma o já encontrado por alguns autores que analisaram o perfil de consumo dos beneficiários do PBF - “[...] alimentos, vestuários e material escolar [...]”. O gerente mostra que os beneficiários estão *fora* do grupo de consumidores de sua loja por se tratar de produtos mais *valorizados*. Algo na fala do entrevistado nos inquieta, o fato da afirmação: “Às vezes efetuo alguma venda aos bolsistas, mas são pessoas que moram na zona rural e têm outra fonte de renda além do BF, e assim, podem pagar mais por um produto”. Questionado sobre essa parte de seu discurso o senhor pergunta: “Quanto é a média do valor do benefício em dinheiro”? Quando informado de que em fevereiro de 2017, a média dos valores recebidos pelos beneficiários em Catolé do Rocha/PB foi de R\$ 155,47 como mostra o MDSA (2017), o entrevistado simplesmente questiona: “Pode uma família sobreviver com essa quantia e ainda comprar produtos com valores mais elevados”?

No final de seu relato, o gerente fala algo que carece atenção: “[...] Agora já os meus vizinhos, esses sim vendem muito aos beneficiários porque os produtos do comércio deles são de preços mais acessíveis e se encaixam melhor para pessoas de baixa renda”. Essa fala, somada a tantas outras que nós ouvimos nas entrevistas subsequentes nos leva a perceber que há um segmento de comerciantes de Catolé do Rocha/PB, especializado em vender produtos que possam ser adquiridos pelo público específico de beneficiários do PBF e da aposentadoria rural ou benefício previdenciário.

O gerente afirma conhecer poucas pessoas beneficiárias, e não acredita que as pessoas vivam apenas dos dividendos do PBF. Perguntado se o programa fosse extinto haveria algum impacto para seu comércio ele afirma: “para nós aqui os efeitos seriam mínimos, mas para o comércio em geral o resultado seria devastador. Muita gente quebraria”. Em seguida o indagamos sobre como ele *via* a ação do PBF, o rapaz afirma:

Sinceramente não vejo as pessoas como acomodadas, primeiro porque o dinheiro é pouco e não dá para as pessoas viverem apenas com isso; segundo, as pessoas estão sempre querendo mais, ter mais dinheiro. Tenho uns amigos que ganham muito bem mais criticam as pessoas porque não querem trabalhar, mas a questão é: ganhar quanto e fazendo o que? Muitos acham que por serem pobres as pessoas estão sujeitas a ganhar uma “micharia” para limpar grama ou fazer serviços ‘pesados’, mas pergunte se eles queriam ganhar o dinheiro que oferecem para os beneficiários fazerem os serviços a que os beneficiários são submetidos, e pelo mesmo valor que eles ofertam. (GERENTE 3. ENTREVISTA REALIZADA EM 21/03/17)

Essa fala pode ser interpretada à luz do que Rego declara em sua entrevista ao *Estadão*, quando interrogada pela jornalista Isadora Peron sobre a possibilidade do PBF acomodar os maridos das beneficiárias:

Os maridos dessas mulheres normalmente estavam desempregados. Ao perguntar a um deles quando tinha sido a última vez que tinha trabalhado, ele respondeu: “Faz uns dois meses. Eu colhi feijão”. Perguntei quanto ele ganhava colhendo feijão. Disse que dependia, que às vezes ganhava 20, 15, 10 reais. Fizemos as contas e vimos que ganhava menos num mês do que o Bolsa Família pagava. Por que ele tem que se sujeitar a isso, praticamente à semiescravidão? Esses estereótipos tem que ser desfeitos no Brasil, para que se tenha uma sociedade mais solidária, mais democrática. É preciso desfazer essa imensa cultura do desprezo. (REGO, ENTREVISTA AO ESTADÃO, 20/10/2013)

A próxima pessoa entrevistada foi uma funcionária de uma loja de confecção localizada no centro da cidade. Na ocasião, a moça se dispôs a nos dar as informações em função da ausência da proprietária. Ciente dos nossos objetivos, a funcionária disse que estava no trabalho há dois anos, e nesse período foi desvinculada do PBF. Ela continuou afirmando que a loja tem seu direcionamento comercial ao público integrante do Bolsa Família e aos aposentados. Segundo ela, a ‘patroa’ prefere vender produtos com preços mais acessíveis capazes de potencializar os beneficiários como clientela.

Essa informação confirma uma das nossas teses, ou seja, o comércio tem buscado estratégias de focalizar as vendas aos beneficiários e aposentados, isso se dá pelo fato do reconhecimento do *dinheiro certo* do PBF e dos aposentados. Quando questionada sobre uma possível influência do PBF na economia da cidade, a jovem afirma:

Aqui nós vendemos mais para aposentados e pessoas com Bolsa Família. Nossos produtos são mais baratos e nós só estamos trabalhando com cartão de crédito há dois meses. Pouca gente tem cartão. Nossas vendas são mais à vista. Tem gente que pede pra gente guardar uma peça de roupa pra ela que quando sair o dinheiro do Bolsa Família ela vem pegar e pagar. Como as nossas peças custam entre dez e cinquenta reais, muitos beneficiários podem comprar. (VENDEDORA 02. ENTREVISTA REALIZADA EM 21/03/2017)

Quando perguntamos sobre os efeitos que provocariam se o Bolsa Família fosse extinto, a funcionária respondeu: “a loja fecharia no mês que vem”. Depois dessa resposta curta e enfática, a vendedora conta que era egressa do Bolsa Família, fala de sua batalha pelo emprego, e conhece muita gente que também luta como ela para conseguir trabalho. Em sua análise, ela não entende “como as pessoas acusam os beneficiários de preguiçosos, porque eles travam uma luta diária para sua sobrevivência. Acho uma ingratidão quem tem muito criticar quem tem tão pouco” (VENDEDORA 02. ENTREVISTA REALIZADA EM 21/03/2017)

Quando lhe perguntamos quais os produtos mais vendidos aos beneficiários, a moça nos disse que a maior parte das vendas aos beneficiários consiste em peças de roupa para crianças e adolescentes, e só quando sobra algum dinheiro as mães compram uma “roupinha”.

Nossa terceira entrevista do dia acontece em uma loja de variedades que se especializou em vender produtos de R\$ 1,99. Quem nos recebeu em seu escritório foi o gerente. Quando lhe perguntamos o motivo de optar pela instalação da loja na cidade o rapaz disse que o proprietário já possuía o mesmo tipo de comércio em Pombal/PB. Resolveu investir em Catolé do Rocha/PB pelo fato de vislumbrar a cidade como um “ponto estratégico”, seja do ponto de vista geográfico, ou econômico. Outro fato citado pelo entrevistado como importante para a decisão, foi o caso da cidade ser sede de um *Campus* universitário da UEPB. Em seguida, questionado sobre os produtos que vendia e para quem mais direcionava suas vendas ele enfatiza que:

O proprietário abriu essa loja em 2009, porque enxergou nessa região um grande potencial. De início, nossa intenção era vender apenas para famílias pobres. Nossos produtos eram mais aqueles de R\$ 1, 99. Depois de algum tempo e com o sucesso das vendas e a procura por produtos de melhor qualidade, achamos por bem colocar produtos para as classes mais acima. Hoje podemos dizer que vendemos para todas as classes sociais da cidade. Temos produtos para todos os gostos. (GERENTE 04. ENTREVISTA REALIZADA EM 21/03/17)

Então perguntamos: *a quem você mais vende?* A resposta é automática: “aos aposentados e às pessoas que têm Bolsa Família. Esse público significa a grande “fatia” de nosso comércio. Sem ele seria muito difícil continuar no comércio com os produtos que vendemos” (*idem*).

Sobre a importância do PBF para o comércio na região o gerente disse que “só há desenvolvimento onde *corre dinheiro*. Segundo ele: “é o dinheiro na mão de quem compra que faz girar a economia, e se não tem dinheiro nada se desenvolve” (*idem*). A fala do gerente mostra que a dimensão do desenvolvimento como um ampliador da qualidade de vida se refere à esfera do consumo.

A cidade de Catolé do Rocha/PB conta com vários supermercados, mas dois deles chamam atenção pela diversificação de produtos e o porte dos estabelecimentos. O primeiro, no qual realizamos uma entrevista está situado em uma posição estratégica pelo fato de se localizar no centro da cidade, e em uma avenida que dá acesso a várias outras cidades circunvizinhas.

Após falarmos com uma funcionária, a mesma nos indicou e anunciou para que falássemos com o gerente, e esse nos recebe com cordialidade. O rapaz explica que os supermercados estão se tornando uma rede na cidade. De início só tinha uma loja, mas com o aumento da demanda foram abrindo filiais até chegar a esse que atualmente é o maior de todos. Quando questionado sobre a nossa questão principal, que é a percepção de como os programas de transferência de renda como o PBF podem afetar as dinâmicas socioeconômicas da região, e se ele como um agente do comércio da cidade pode avaliar esse fenômeno, o gerente afirma: “os programas sociais hoje representam muito para o comércio. Você tem que ver que é muito dinheiro que entra na cidade todos os meses de aposentadoria e Bolsa Família” (GERENTE 05).

Perguntamos ao gerente se seria possível ele fazer uma análise sobre a quantidade de vendas efetuadas aos bolsistas do PBF, e os produtos mais procurados por eles, mas o rapaz não sobre nos responder, apenas disse que:

Aqui nós temos a partir da quinta, sexta e sábado as promoções que direcionamos para esse público específico [Bolsa Família e aposentados]. São produtos da cesta básica tradicional das pessoas de renda mais baixa. Imprimimos cerca de 12.000 cartazes semanais e distribuímos em Catolé e cidades vizinhas. É nos fins de semana que aumenta esse tipo de cliente aqui na loja. (GERENTE, 05. ENTREVISTA REALIZADA EM 23/03/17)

Com essa informação, pedimos para ver os cartazes distribuídos nas promoções dos finais de semana. Vimos que neles se anunciavam produtos bem populares, de marcas pouco conhecidas.

Em seguida, o rapaz nos informa:

Aqui em Catolé, muitas empresas estão quebrando. Quem tinha 150 funcionários hoje só tem 100, e quem tinha 100 reduziu pra 60. O desemprego aumentou muito nessa terra que há dez anos era até difícil de você encontrar um diarista, uma pessoa pra fazer faxina, um pedreiro ou um eletricitista. As indústrias absolviam tudo. Aqui já foi um lugar de pleno emprego, mas agora a nossa sorte são os funcionários públicos, aposentados e beneficiários do Bolsa Família, que muito ou pouco tem um dinheiro certo todos os meses. (GERENTE, 05. ENTREVISTA REALIZADA EM 23/03/17)

Sobre sua visão a respeito dos beneficiários do BF e uma possível ociosidade, o entrevistado disse: “eu não acredito que as pessoas vivam apenas com o Bolsa Família. Tem muita gente procurando trabalho e pouca gente disposto a pagar. Isso é diferente de acomodação”.

Entrevistamos também a gerente de uma loja de confecção e acessórios femininos. A moça que nos recepcionou disse ser a gerente da loja que vende confecção e utensílios de moda feminina há oito anos na cidade. Sobre sua percepção dos efeitos do PBF na economia local de Catolé do Rocha/PB, a moça hesita, mas responde:

Não sei lhe dizer o quanto interfere, mas posso lhe afirmar que influencia muito, pois muita gente que tem comércio na cidade vende muito para beneficiários e aposentados, principalmente, quando se trata de supermercados, lojas de calçados, confecções e material escolar. Veja o exemplo da dona dessa loja da qual eu sou a gerente: há quinze anos ela abriu a primeira loja, e só vendia produtos de preços mais elevados. Após uns cinco anos, ela começou a ver que havia uma demanda por produtos de preços mais acessíveis. Aí foi quando ela decidiu abrir essa filial com

produtos destinados para esse público. Hoje se a cliente optar por um produto melhor eu a envio para a outra loja porque aqui os produtos são mais baratos e lá nós temos peças até de dois mil reais. (GERENTE 06, ENTREVISTA REALIZADA EM 23/03/17)

Nossa pretensão não foi mensurar um possível desenvolvimento na região a partir dos impactos do Bolsa Família, mas levantar e analisar os dados a respeito de como habitantes de Catolé do Rocha percebem os efeitos do referido programa sobre a sociedade e economia locais. Essa última entrevistada comenta o antes e o depois do PBF, nos seguintes termos:

Quando pensamos que essas pessoas há alguns anos não tinham condições para comprar quase nada, e hoje podem se alimentar um pouco melhor e comprar uma roupa e um calçado, certamente, está tendo uma vida melhor. Hoje as facilidades são grandes. Veja o exemplo: aqui nós temos o cartão da loja que dividimos em oito vezes e com prestação até de vinte reais, só não compra quem não quer. (GERENTE 06, ENTREVISTA REALIZADA EM 23/03/17)

A ideia de melhoria de vida, de desenvolvimento é definida nos termos “[...] hoje podem comer melhor e comprar uma roupa e um calçado pra vestir [...]”. A fala da entrevistada aponta para um momento em que pessoas do lugar não tinham “quase nada”, e para outro momento em que “podem se alimentar um pouco melhor e comprar uma roupa e um calçado”. Podemos pensar nos períodos sem seca e com seca e imaginar como um programa como o PBF significou para muitos a construção de uma dignidade mínima, representada por poder se alimentar e se vestir.

Ao perguntamos se a loja fazia cartão para quem não tinha renda comprovada, ou seja, para os beneficiários que têm apenas a renda formal do Bolsa Família, logo a moça afirma:

Nossos cartões são feitos por operadoras de menor porte e trabalhamos mais com aposentados que ganham um salário mínimo. Mas, as pessoas que não poder fazer o cartão geralmente compram com o cartão emprestado e quando a fatura chega elas pagam a parte que lhes cabe. Isso não é motivo para a pessoa não comprar. (GERENTE 06, ENTREVISTA REALIZADA EM 23/03/17)

Essa fala aponta para a insuficiência do PBF para a ascensão dos indivíduos ao grupo dos que *podem possuir cartão*, mas pode indicar as estratégias que o ser incluído no referido programa possibilita. É uma inclusão precária, mas comparativamente, pode

representar um salto de qualidade àqueles historicamente *esquecidos* e *socialmente invisíveis* podem experimentar.

Fizemos uma última indagação à gerente, com base na informação de que a proprietária dispõe de duas lojas, sendo uma de produtos mais caros e outra mais direcionada para pessoas de baixa renda: *em sua análise, qual é a loja que fatura mais, a mais elitizada ou a de produtos mais acessíveis?* Meio a contragosto a moça responde:

Essa loja tem um faturamento maior do que do que a outra, pois vendemos a muitas pessoas enquanto na outra loja as vendas são resumidas pelo fato dos produtos terem preços mais elevados. Mas eu achava melhor quando eu trabalhava na outra loja, é diferente, lá eu trabalhava menos, lidava com outras pessoas que não reclamam do preço. (GERENTE 06, ENTREVISTA REALIZADA EM 23/03/17)

A fala soa como uma confirmação da nossa silenciosa suspeita de que na *loja para os pobres* existe, mesmo que disfarçadamente, certa rejeição em relação ao lidar com as pessoas mais pobres, por parte de pessoas da mesma fração social, como é o caso da vendedora entrevistada.

3.2. As visões de líderes da Igreja Católica e de Igrejas Evangélicas a respeito dos efeitos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas locais

Realizamos entrevistas com o padre da paróquia local e pessoas ligadas às pastorais da criança e do idoso. A secretaria paroquial foi o meio utilizado para chegarmos até o pároco da cidade para agendarmos a entrevista. O padre nos recebeu com cordialidade e se dispôs, dentro de suas atribuições enquanto clérigo, a colaborar com a pesquisa.

Sabendo que o pároco atua na cidade há seis anos, nossa primeira pergunta foi: como o senhor avalia os efeitos do PBF nas dinâmicas socioeconômicas locais? O padre respondeu: “O que eu vejo é um retrocesso. No início estava até bem, mas, de uns tempos pra cá piorou muito. Veja o desemprego no País! Aqui em Catolé as empresas estão fechando tudo, não tem mais emprego”. Insisti sobre a visão dele a respeito do PF. Ele respondeu que:

Quando você não tem nada, nem o que comer, ter o mínimo pra se alimentar já é alguma coisa. Não vou ser contra um programa que faz com que as pessoas deixem de ser miseráveis, e proporcione o básico para a manutenção da vida. Mas temos que ver que as pessoas precisam de emprego para viver com dignidade, deixar de depender dos governos,

serem independentes. O governo tem que fomentar meios para a promoção do emprego, para as pessoas viverem bem, isso sim é que é desenvolvimento. O Bolsa Família é um paliativo. Como pode algo que apenas remedia o hoje e não dá esperanças para o amanhã promover desenvolvimento? (PADRE, ENTREVISTA REALIZADA EM 24/03/17)

A fala do padre deixa clara a sua posição em relação ao PBF: “um “paliativo” que remedia sem dar esperanças para um futuro melhor”. Para o religioso, as pessoas precisariam estar vinculadas formalmente ao emprego para conquistarem sua autonomia, fato esse que segundo ele não vem ocorrendo na região. Ele continua:

Um fato é inegável, hoje as pessoas tem mais acesso à saúde, as crianças e as mães gestantes estão sendo observadas de perto pelas condicionais do programa e não precisam mais tanto quanto necessitavam de nossa ajuda. Também observamos que a educação tem abrangido as camadas mais populares, e hoje quem quer pode estudar. Quando observamos as pastorais da criança, vemos que elas estão ficando em segundo plano para a Igreja e a população, pelo fato do Estado estar tendo mais atenção às crianças. Sua ação hoje está restringida a poucas localidades. Atualmente, temos aqui sessenta ministros para a prática da pastoral do idoso, trabalhamos muito a questão da assistência às pessoas mais velhas, elas estão muito sozinhas e é preciso levar uma palavra de conforto a essas pessoas que não têm com quem conversar. Existe uma exploração que muitas vezes parte dos próprios familiares dos idosos, que se utilizam de seus poucos recursos financeiros sem lhes proporcionar a reciprocidade do amor e do afeto. (PADRE 01, ENTREVISTA REALIZADA EM 24/03/17)

Há dois fatos no discurso do padre que devem ser analisados: 1) o primeiro surge quando o pároco enfoca melhorias na saúde e educação a ponto de minimizar e, quase extinguir as ações das pastorais da criança. Essa ação mostra que um dos objetivos do PBF, o da superação da pobreza extrema, pode ser alcançado por meio dessas condicionalidades [saúde e educação]. O comentário do padre entrevistado pode ser ainda mais indicativo dos efeitos do PBF se consideramos que essas condicionais apresentarão mais seus efeitos a médio e longo prazo; 2) O segundo ponto a ser destacado trata do redirecionamento das ações *caritativas* da Igreja Católica no sentido de hoje apoiar moralmente àqueles que outrora foram ajudados financeiramente por essa instituição. O relativo apoio financeiro do PBF à pobreza tem, segundo nossas observações, promovido a diminuição do espaço das ações da caridade das *boas senhoras* da Igreja, como a distribuição de cestas básicas, natal sem fome, multimistura e outras. A caridade se redefine e passa a focalizar as pessoas idosas e seus problemas (“estão muito sozinhas e é preciso levar uma palavra de conforto a

essas pessoas que não têm com quem conversar. Existe uma exploração que muitas vezes parte dos próprios familiares dos idosos, que se utilizam de seus poucos recursos financeiros sem lhes proporcionar a reciprocidade do amor e do afeto”).

Na busca de entender a maneira como os impactos do PBF se processam como instrumentos geradores de mobilidade e de autonomia social, restringindo *mercado dos extremamente pobres*, citamos ainda outro trecho da fala do padre, que parece estar fixado no período em que grandes faixas da população desassistida passava fome, podendo a Igreja se constituir na *tábua de salvação* deles.

O que devemos fazer? Restaurar o nosso irmão. Partilhar. Partilhar o alimento, nossas roupas e acolher em nosso coração o nosso irmão que está padecendo, é responsabilidade nossa enquanto Cristãos, enquanto Igreja. Deus fica triste quando um filho seu está sofrendo. E fica mais triste ainda quando um filho seu não ajuda um irmão. Partilhai o pão de Cristo (PADRE 02, ENTREVISTA REALIZADA EM 24/03/17)

Quando questionamos o padre sobre os papéis do Estado e da Igreja, no sentido de doar aos pobres, o pároco afirma:

Devemos agir sempre com mansidão e humildade. Deus se alegra conosco. Mansidão é sinal de sabedoria e humildade, sinal de grandeza. Quando nos tornamos mansos e humildes, conseguimos ser mais solidários. Estamos vivendo um momento de turbulência, com escassez de chuvas e crise de governança. E esse é um momento crucial para refletirmos sobre Jesus, o maior líder que já existiu, que governou com maestria todo o seu povo. E por que o governo de Cristo deu certo? E continua dando certo? Porque ele governa com o coração, buscando o bem-estar do próximo, porque o governo de Deus é pautado no amor, na humildade, na caridade. Ele vê o pobre como filho, e se sente inquietado com o sofrimento destes. E Maria misericordiosa, mãe de Deus, doce ternura, o auxilia. Intervemos a Maria. Sejam sempre misericordiosos, sejam solidários, contribuamos com as campanhas de caridade, façam doações, ações de amor ao próximo, façamos parte todos nós da Igreja, a Igreja que acolhe a todos, que não vê raça, partido ou cor. Se Jesus é o nosso líder, como de fato é. A igreja é o palácio de Deus, onde ele dá as instruções para o seus servos. Vamos compor esse governo de Deus, onde não há crise, não há problemas de gestão e nenhuma forma de exclusão (*idem*).

A fala do pároco, embora embargada de emoção, não esconde a necessidade da existência do pobre, a manutenção do *status quo* que torna importante a *caridade* se faz

necessário para a *bondade* de parte dos religiosos, que se sentem na obrigação de ‘doar’ aos pobres. O fato de o PBF vir a contribuir para a diminuição da miséria extrema tira da Igreja um público que outrora pertencia ao seu universo caritativo e, assim, aquilo que é um direito social e humano, ou seja, o direito a alimentação básica que é um dos pilares do PBF passa a ser visto com *maus olhos* por alguns setores da Igreja.

Essa relativa discriminação ao programa pode ser entendida em termos da produção coletiva dos sentimentos, como avaliação da ineficiência dessa política, ou como a manifestação da insatisfação de setores das classes média e alta com crescente dificuldade em se conseguir pessoas para trabalhos socialmente desvalorizados como os de lavadeiras, arrumadeiras e domésticas. Conforme temos analisado, isso se dá pelo fato dos beneficiários não se verem mais na obrigação de trabalharem por quantias irrisórias como acontecia antes da implementação de algumas políticas de transferência de renda, como é o exemplo do PBF. Nossa tese nesse sentido é a de que, em certa medida, o estigma ao programa esteja arraigado na *ofensa* simbólica que a relativa monetarização dos beneficiários do PBF implica, afetando a(s) Igreja(s) no encolhimento do *mercado dos pobres*, em cuja referência se constituem as ações da *caridade religiosa*.

Diante de evidências empíricas observadas em nosso percurso de trabalho, entendemos o PBF como um programa que vem quebrando mitos em sua trajetória. Discursos que muitas vezes o classifica como sendo gerador de ociosos, cujo objetivo é apenas manter uma massa de *acomodados*. Durante a nossa pesquisa de campo, acompanhamos algumas missas em diversas cidades da região em estudo. Ouvimos entre as senhoras da “elite” frequentadoras das celebrações religiosas nos referidos municípios relatos na seguinte direção:

Hoje ninguém consegue mais encontrar empregada doméstica e essas “bichas” (sic) só querem fazer meninos. Ah, mulher, encontrar alguém até pra lavar pratos é difícil. E isso foi depois do Bolsa Família. Antes você achava facilmente gente pra trabalhar. (Senhoras frequentadoras de missas)

Fizemos entrevistas também a pastores de algumas Igrejas Evangélicas de Catolé do Rocha/PB e região. Na Assembleia de Deus, o pastor Jônatas nos recebeu com cordialidade para a entrevista, informando que está há oito anos à frente de seu ‘rebanho’.

Perguntado como ele analisa uma possível influência do PBF no desenvolvimento local da cidade, ele responde: “Olha temos que ver que o Bolsa Família traz um alívio para a fome, e isso já é alguma coisa. De certa forma, esse dinheiro contribui para movimentar o comércio da região”, disse o pastor.

Perguntamos ao pastor se ele tinha muitas “ovelhas” da igreja na qual ele congrega beneficiárias do PBF, e a resposta veio assim: “acho que hoje temos aproximadamente uns cem fiéis que têm Bolsa Família”. Em seguida perguntei: e eles são dizimistas? O pastor responde: “claro que são dizimistas. Pelos cálculos que temos, a igreja que lideramos arrecada mais de mil reais mensal com o dízimo dos beneficiários, e esse dinheiro ajuda nas obras de caridade que a Igreja Evangélica realiza na sociedade”. E quais seriam essas obras, perguntamos:

Temos pessoas em contato direto com a comunidade local num trabalho que busca amparar os mais necessitados, uma cesta básica, um remédio, um apoio moral para aqueles que estão fragilizados. Além da palavra de Deus, também, ajudamos da forma que podemos, não temos muitos recursos, mas fazemos o que está ao nosso alcance. (PASTOR JÔNATAS DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

O pastor fez uma avaliação positiva do PBF, seja em nível nacional ou regional e, ao ser indagado se ele reconhece o programa como sendo um direito ou uma ação caritativa por parte do Estado, ele afirma: “Acho que é um direito do Estado, pois essa função da caridade sempre foi delegada à Igreja seja Católica ou Evangélica” disse o pastor. Ao ser questionado sobre as pessoas viverem apenas com o benefício do PBF, o religioso discorda e diz: “é impossível viver com tão pouco. As pessoas fazem bicos: uma faxina, lava uma roupa, qualquer coisa, mas só do Bolsa Família não dá pra viver”, afirmou.

Nosso segundo entrevistado do lado dos líderes religiosos evangélicos, também da mesma igreja (Assembleia de Deus), é o pastor Francinildo. Suas respostas são parecidas com as do pastor entrevistado, diferindo apenas quando lhe perguntamos como ele analisava as ações e os impactos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas da região em estudo:

Eu acho que o Bolsa Família é muito importante para uma região. É um bom dinheiro que circula na cidade e isso é desenvolvimento, mas o programa deveria ter meios de fiscalizar melhor os gastos dos beneficiários. Tem muita gente que não gasta o benefício só com alimentação, desviando os recursos com salão de beleza, com roupas, perfumes e, muitas vezes, os cartões têm que ficar retidos por terceiros até

que essas dívidas sejam sanadas. Eu não acho que isso esteja correto, o dinheiro é pra ser gasto com alimentação. Uma roupinha tá certo, mas não exagerar como se vê muito por aí. (PASTOR FRANCINILDO DA IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

Como observamos, a percepção da maioria dos entrevistados sobre os impactos do PBF na região que estudamos sempre destacam elementos da economia. As melhorias na qualidade de vida que é algo que se discute quando se avaliam políticas públicas em geral e as de transferência de renda foram raramente mencionadas pelos atores religiosos. Na fala acima encontramos uma sugestão de maior controle estatal dos gastos, enfatizando-se um perfil do que o entrevistado considera os gastos adequados do benefício. Como o PBF em parte cobriu as necessidades básicas de alimentação da população por ele atingida, os beneficiários conseguem alargar seu consumo para o que pastor considera um *desvio* do *bom uso* do recurso recebido. Se perguntado aos beneficiários, o que consideram o *bom uso* do que recebem pode ser diferente daquele pensado pelos que estão de fora da qualificação para o recebimento dos recursos.

3.3 - O PBF e seus efeitos segundo suas beneficiárias

Realizamos entrevistas semiestruturadas com cinco beneficiárias e cinco com ex-beneficiárias do PBF. Usamos um roteiro com oito questões abertas, e, dependendo das respostas, acrescentávamos mais questionamentos. As entrevistas foram realizadas com pessoas residentes na zona urbana de Catolé do Rocha/PB e, também, nas comunidades rurais de Colina e Conceição do mesmo município.

O roteiro de questões feitas foi o seguinte:

- 1- Desde quando você é beneficiária do programa?
- 2- Como foi sua admissão ao programa (fácil ou complicada)?
- 3- O que mudou em sua vida durante esse tempo em que você está vinculada ao programa?
- 4- Se mudou a que você atribui essa mudança?
- 5- Você tem outra fonte de renda mesmo que não seja com carteira assinada?
- 6- Como você avalia a importância do Bolsa Família para sua região?
- 7- A quem você atribui a criação do Bolsa Família?

8- Como seria para você se o Bolsa Família deixasse de existir?

Alguns empecilhos foram encontrados para realizarmos as entrevistas com as beneficiárias do PBF, sendo o mais comum deles a desconfiança ligada ao medo do desligamento do programa.

Explicamos os objetivos das entrevistas, falamos que estávamos fazendo um curso e o trabalho final exigia esse tipo de atividade, comunicamos que os nomes delas não apareceriam no texto, mas mesmo assim vivenciamos expressões de desconfiança que só se dissiparam após uma longa conversa, e também pela confirmação das informações e garantias por uma pessoa moradora da comunidade, que nos acompanhava sempre.

Também apareceu o receio das beneficiárias em relação às gravações das entrevistas. Algumas só aceitaram mediante a promessa de que elas seriam apenas para facilitar a transcrição das falas na íntegra, e que tão logo realizássemos essa tarefa todas seriam descartadas.

O primeiro grupo a ser entrevistado foi o das beneficiárias, e esse incluiu cinco senhoras, sendo duas residentes na cidade e três na zona rural. Desse universo de cinco beneficiárias, duas afirmaram estar vinculadas ao programa desde o Bolsa Escola, programa que antecedeu o Bolsa Família. Uma está há doze anos; outra há dez anos e, por último, a quinta beneficiária, que está a cinco anos vinculada ao PBF.

Quanto a sua admissão no PBF, as entrevistadas foram unânimes em afirmar que não tiveram grandes dificuldades: bastou-lhes fazer o cadastro; alguns meses de espera, e o benefício foi concedido.

Quanto às mudanças que experimentaram no período no qual elas têm estado vinculadas ao programa, uma das entrevistadas dá a seguinte resposta:

Mudou muita coisa, pois foi graças ao programa que meus filhos puderam estudar, eu comprava o material escolar das crianças, uma roupinha, um chinelinho e ainda sobrava pra comprar alimentos. (JÚLIA SILVA, BENEFICIÁRIA)

Quando perguntamos a dona Júlia sobre os efeitos do programa para a região, a beneficiária apenas se limita a dizer: “é bom porque faz as pessoas mudarem de vida e as crianças têm que estudar”.

A beneficiária citada nos afirma que vive apenas da ‘bolsa’ e que algum serviço quando raramente surge para seu esposo. Ela continua dizendo que “não sei dizer ao certo o que está acontecendo, mas se o BF fosse um direito muitas mulheres que precisam não perdiam o benefício, e olhe que de uns tempos desses pra cá tem muita gente perdendo a bolsa”.

Sobre o PBF produzir preguiçosos, a beneficiária é enfática:

É muito difícil viver só com a Bolsa Família. Eu sei o que é isso, pois quando meu marido fica sem trabalhar só eu e Deus sabe o que eu passo. Mas tem gente que vive só com esse dinheirinho, não porque é preguiçoso, mas porque não encontra serviço.

Dona Rosália Gomes é outra beneficiária que ouvimos. Essa senhora nos afirma estar a cinco anos vinculada ao PBF, com dois filhos e um benefício mensal de R\$ 163,00. Segundo ela, seu marido está sem trabalho, e ela só não tem passado maiores dificuldades em função de seus pais serem aposentados, o que dá uma renda à família de dois salários mínimos mensais. A beneficiária segue em seu relato, e quando questionada sobre eventuais mudanças surgidas em sua vida a partir do seu ingresso no PBF, ela é categórica:

Esse programa ajuda muito. É um dinheiro que temos como certo! No meu caso, faço minhas compras de acordo com aquilo que sei que vou receber da bolsa. Com esse dinheirinho eu compro material escolar e feira pra casa. Serviço tá muito difícil. Meu marido saiu pra trabalhar numa firma no Rio Grande do Sul, mas com esse negócio da *lava jato*, a firma parou o serviço e agora ficou pior, porque temos que arrumar o dinheiro pra ele vir embora. (ROSÁLIA GOMES, BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

A resposta soa como um desabafo de uma mulher que vive a ausência do marido em função da busca incessante por trabalho, e os reveses pelos quais está passando se dão em grande parte, pelo fato de algumas empresas estarem encerrando suas atividades por denúncias de corrupção. Na sequência da entrevista perguntamos para dona Rosália como ela reconhece os impactos e ações do PBF. Ela responde que:

O programa traz desenvolvimento, porque ajuda as pessoas mais pobres, em geral desempregadas. O desenvolvimento é a melhora das coisas. As crianças precisam de leite, de fraldas, de material escolar e isso é uma ajuda pra manter as crianças na escola. O Programa é bom porque as crianças estudam. Eu mesmo tenho dois filhos na escola integral.

A entrevistada diz não ter outra fonte de renda, para ela, “o Bolsa Família é um direito, porque é uma ajuda para as crianças”. Sobre serem os beneficiários do programa serem taxados de ociosos, dona Rosália nos olha com um misto de tristeza e melancolia, então responde:

Tem pessoas que realmente não buscam trabalho, mas tem muito mais gente que procura trabalho, mas não encontra serviço. Tá muito difícil. Ninguém tem dinheiro pra pagar e agora com essa crise ai fica pior. Veja a situação da minha sogra, coitada. Sem trabalho e agora foi cortada do programa não sei o porquê. (ROSÁLIA GOMES, BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

Maria do Socorro é a terceira entrevistada do grupo das cinco beneficiárias relacionadas para essa fase da pesquisa, ela foi beneficiária do extinto Bolsa Escola e automaticamente foi integrada ao PBF, quando aconteceu a unificação dos PTRs no início do primeiro mandato do ex-presidente Lula.

A entrevistada considera o programa *bom*, pelo fato de com ele ter a oportunidade de ver seus filhos estudarem, coisa que não aconteceu em sua juventude. Dona Maria do Socorro nos disse que vive com R\$ 265,00 da Bolsa Família, mais R\$ 200,00 de faxina na casa de uma idosa que mora na comunidade, totalizando R\$ 465,00. Segundo ela, “eu não me acomodo, faço faxina, lavo roupa e faço o que precisar, o importante é ter um dinheirinho no fim do mês”. A senhora aponta as dificuldades de seu marido em conseguir trabalho, e muitas vezes, ela ganha mais do que ele, sendo comumente uma remuneração do trabalho do esposo inferior ao da ‘bolsa’, isso inviabiliza ‘certas’ propostas de trabalho.

Dona Maria do Socorro classificou o PBF como uma ‘ajuda’. Perguntada sobre como usa o dinheiro do benefício, ela responde: “com esse dinheiro a gente faz as comprinhas por mês. Tudo fiado! E só pago quando recebo a bolsa”.

Então perguntei: *e vocês têm dificuldades em encontrar donos de estabelecimentos comerciais que vendam a prazo para vocês?* A senhora respondeu:

Temos não. Todo mundo quer vender a gente porque sabe que nós precisamos pagar para poder comprar de novo. Se a gente não pagar a gente não compra. E se for comprar em outro lugar o comerciante pergunta onde nós estávamos comprando, aí você já sabe né? A gente fica com ficha suja e não compra mais em lugar nenhum.

Dona Elvira Soares foi outra beneficiária entrevistada. Casada há cinco anos e grávida de sete meses, essa senhora mora no Bairro Tancredo Neves, em Catolé do Rocha/PB. Disse que seu esposo trabalha há dois anos em um supermercado, e faz questão de não assinar a carteira de trabalho para ela não perder a ‘bolsa’. Quando lhe explicamos que nossa pesquisa tinha como objetivo principal entender como as pessoas de Catolé do Rocha veem os efeitos do PBF sobre a região, a senhora afirma:

O programa tem sido muito importante para trazer melhorias para população. Eu não estou falando só de alimentação. Eu acho que o grande “trunfo” do programa está na educação. Que o comércio é aquecido com o dinheiro do Bolsa Família isso é verdade, mas temos que ver que a única coisa que pode nos tirar dessa situação de pobreza é a formação, e nisso o programa está fazendo sua parte. Mas também, não podemos querer que as coisas melhorem do dia pra noite. Essa melhora virá com o tempo. (ELVIRA SOARES BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

Essa entrevistada tem curso superior e só está esperando o nascimento do bebê para tentar fazer concursos, como ela mesma disse: “Aí sim! Quando eu for concursada não me preocuparei mais em perder meu benefício”. Ela é enfática em afirmar as mudanças em sua vida a partir do programa. Segundo ela: “foi graças à ajuda do Bolsa Família que eu consegui me formar. Era com esse dinheiro que eu pagava minhas *xerox*, comprava roupas, pagava *internet* e outras despesas. Hoje eu sou formada, agradeço a Deus e ao programa”.

Sobre como ele se sentia pelo fato de ser uma beneficiária do programa, Elvira disse: “olha, eu percebo que tem pessoas que me olha com desdém, mas eu não ligo. Quando um ‘filho’ da classe média recebe uma bolsa ‘gorda’ pra fazer doutorado ninguém reclama, mais quando é pra o governo ajudar aos mais vulneráveis a história é outra”.

Elvira considera o PBF como um direito, porque, segundo ela, ter o mínimo para a sobrevivência com um pouco de dignidade é uma obrigação do Estado para com todos os seus cidadãos. E quando lhe pergunto se as pessoas que se vinculam ao PBF se acomodam, e por isso tem dificuldade em conseguir outras fontes de renda para a família, como resposta a entrevistada diz:

De jeito nenhum! Não é o programa que faz com que as pessoas se acomodem. O caso é que não existe emprego. Veja meu caso: sou licenciada há dois anos e vivo procurando trabalho desde que me formei, mas não encontro nem um estágio. Quando olhamos na rua o que vemos é muita gente na informalidade, vendendo lanches, bolsa e fazendo qualquer

tipo de bico e, a maioria dessas pessoas é beneficiária como eu. Portanto, não é uma questão de acomodação, é falta de emprego mesmo. (ELVIRA SOARES BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

Nossa última entrevistada entre as beneficiárias é dona Jailma Gomes, uma senhora de 38 anos, com quatro filhos (sendo três ainda adolescentes). Ela também já foi beneficiária do Programa Bolsa Escola (2001), tendo sido integrada ao Bolsa Família automaticamente. A beneficiária disse que o PBF foi algo que mudou muito sua vida:

Tive uma infância muito difícil. Casei nova com vinte anos e pensei que iria criar meus filhos como fui criada. Aí surgiu o Bolsa Escola e depois o Bolsa Família, que nos obriga a manter os filhos na escola. Para mim, isso foi o que mudou na minha vida. Hoje meu filho mais velho está na faculdade e os mais novos cursam o ensino médio, e se Deus quiser vão pra faculdade. Para você ter uma ideia, depois que meus filhos cresceram eu fiz supletivo, e todos os anos eu faço o ENEM, o meu sonho é ser professora ou assistente social, e eu vou conseguir. (JAILMA GOMES, BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

A entrevistada é uma pessoa bastante otimista em relação ao futuro. Seus olhos brilham quando discorre sobre seus filhos estudarem. Suas expressões deixam claro a sua aposta no sucesso da família por meio da educação, que ‘a unhas e dentes’ ela vem conseguindo dar para seus filhos. Ela disse que “o dinheiro que ganhamos é pouco, apenas compramos alimentação e mantemos os filhos estudando que é o mais importante. Eu prefiro passar fome a ver meus filhos deixarem de estudar”.

Quando lhe pergunto sobre os efeitos do PBF na sua comunidade (Conceição), a beneficiária afirma que o programa é bom por dois motivos: 1) ajuda a família na alimentação que é importante pelo fato da região não oferecer trabalho para todos; 2) sua maior contribuição é as beneficiárias ter que manter os filhos estudando.

Jailma também faz uso de ‘subterfúgios’ para se manter vinculada ao PBF, pois diante da renda familiar mensal que ela deixou ‘escorregar’ (R\$ 1.000,00), a mesma só teria direito ao benefício básico do programa (R\$ 85,00), mas, como essa renda não é formalizada, e pelo fato de boa parte desse dinheiro ser oriundo de faxinas feitas por ela, e ‘bicos’ obtidos pelo esposo, no momento do cadastramento a beneficiária ‘omite’ esse valor, o que não é nenhum crime pelo fato do cadastramento ter a renda familiar como uma informação autodeclarada.

Sobre a ociosidade atribuída como um efeito do PBF, dona Jailma afirma:

Não podemos dizer que as pessoa não trabalham só porque tem uma ‘bolsa’. Quando eu era uma mocinha, eu trabalhei muito em casa de família, e o que eu ganhava era uma roupa, perfume, shampoo, calçado, e quando muito de davam era um trocadinho que mal dava pra pagar a passagem pra eu passar um final de semana com minha mãe. Hoje existe muita reclamação porque dizem que ninguém quer mais trabalhar, mas desde que se pague o valor correto todos trabalham, acabou aquele tempo que nós éramos obrigados a trabalhar por qualquer coisa. (JAILMA GOMES, BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 10/05/2017)

De acordo com a entrevistada, entre o trabalho e a ociosidade existe “uma pedra no meio do caminho”, ou seja, a remuneração baixa. Pelo seu raciocínio, as mesmas pessoas que culpam os beneficiários pela preguiça, são as que gostariam de ter esses indivíduos à sua disposição para trabalhos degradantes por quantias irrisórias, e isso, de certa forma, funciona como o ‘fermento’ do preconceito de classe no Brasil.

A seguir, apresentamos as entrevistas realizadas com as ex-beneficiárias do Bolsa Família, e como essas pessoas compreendem a relação entre políticas sociais de distribuição de renda e crescimento em sua região.

3.4. O PBF e seus efeitos segundo suas ex-beneficiárias

Entrevistamos cinco ex-beneficiárias, sendo duas residentes em Catolé do Rocha, e três moradoras da zona rural do mesmo município.

A primeira delas, Joana Áurea, é uma ex-beneficiária do PBF, de 42 anos, residente na comunidade Colina, no município de Catolé do Rocha Paraíba. Essa senhora afirmou ter sido beneficiária por dez anos do programa, e só foi desvinculada do PBF porque fez um concurso para agente comunitário de saúde resultando em sua efetivação. Dona Joana mora com seu esposo em uma modesta casa de alvenaria, sem esgotamento sanitário. Mãe de 04 (quatro) filhos, a ex-beneficiária se orgulha de ter uma filha licenciada em Pedagogia, e hoje professora.

A entrevistada falou sobre a ‘revolução’ em sua vida em função do PBF, pois, segundo ela, o programa foi responsável pelo surgimento de *outras expectativas*. Dona Joana nos falou sobre jamais ter desistido da educação de seus filhos e, ao ver que os

estudos poderia dar a sua família a chance de ascender socialmente, ela também volta à escola e consegue fazer um curso técnico em saúde, culminando mais tarde na oportunidade de trabalhar como agente comunitária de saúde, e esse foi o motivo de sua saída do programa. Joana deixa claro o quanto ela apostou na educação como meio de sair de sua situação de vulnerabilidade socioeconômica: “Sempre tive o entendimento de que a educação era o único meio de progressão social, e que para isso eu tinha que manter meus filhos estudando. O dinheiro do *minha bolsa* servia para isso” (JOANA ÁUREA EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/17).

Ela continua falando sobre a importância do PBF:

Quem vive da roça, em tempos de seca tem sua produção e criação prejudicadas. Quem mora na cidade sente esses efeitos porque a cidade depende da zona rural e a zona rural depende da cidade. É aí que entra o Bolsa Família e a aposentadoria porque são eles que ainda seguram o comércio das cidades sertanejas. (CAMILA SOUZA EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/17)

Outra ex-beneficiária entrevistada, Camila Souza reside na zona rural de Catolé do Rocha/PB. Em seu entendimento, o PBF é um programa de maior eficácia nas regiões mais pobres e funciona como uma ‘tábua de salvação’ para a economia local. Segundo a entrevistada, a seca é um fenômeno cuja influência pesa diretamente no crescimento das pequenas cidades, e quando a estiagem apresenta seus efeitos mais nefastos para a economia, o PBF e as aposentadorias funcionam como uma “âncora”, e isso tem um efeito positivo para a fragilizada economia dos rincões de pobreza mais distantes evitando o colapso quase total.

Sobre o suposto “efeito preguiça” do PBF, a ex-beneficiária diz:

Quando eu era beneficiária, nunca rejeitei trabalho. Já *lavei roupa de ganho*, vendia espetinho, fazia faxina, jamais tive medo de enfrentar a vida. Quando eu fui cortada do programa, recebia cento e quatro reais mais eu não me acomodava em casa. Sempre gostei de trabalhar. Perdi a bolsa porque meus filhos ficaram maiores de idade, mas eu não parei. Hoje eu ganho mais fazendo varanda de rede de que quando eu tinha o Bolsa Família. (CAMILA SOUZA EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/17)

A ex-beneficiária seguinte entrevistada, dona Sônia, uma mulher de 57 anos, foi desvinculada do PBF em virtude do recebimento de sua aposentadoria rural, ao iniciar sua

fala ela liga a existência do PBF à figura do ex-presidente Lula: “o programa é uma ajuda que Lula deu aos pobres, porque ele também já foi pobre, e hoje esses governos só não cortam o programa pra não perderem os votos”. Sobre os efeitos do PBF na região, ela diz:

O PBF ajuda muito a pobreza, aqueles que antes não tinha nem a comida em casa. Veja o meu caso: eu tive seis filhos, e antes de ser beneficiária nós passávamos muita fome. Meu marido trabalhava alugado quando achava, e a diária era o que os patrões queriam pagar. Depois que eu passei a receber do programa, a gente tinha pelo menos a comida na mesa e não era mais obrigado a trabalhar quase de graça. Com o Bolsa Família as pessoas mais pobres como eu não passam fome como eu passei. (SÔNIA EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/17)

A menção à eficácia do PBF em relação ao combate à fome foi recorrente, o que nos coloca diante de uma realidade descrita por Josué de Castro como sendo central no Nordeste brasileiro. Também dentre os que entrevistamos, mencionam que o acesso à renda mínima trazida pelo PBF os coloca em patamares diferenciados de qualidade de vida, além de ser muito recorrente a alusão à obrigatoriedade de manter os filhos na escola.

Para Dona Sônia pergunto, o PBF fez uma *grande diferença em sua vida*:

Ora senhor, a diferença foi grande. Imagine uma mãe de seis filhos vivendo da forma que nós vivíamos, sem ter um ganho certo! Meu marido trabalhava quando achava. Depois do Bolsa Família, melhorou, porque, além da alimentação, meus filhos mais novos puderam estudar, já que os mais velhos já eram casados na época. Então eu digo ao senhor que a melhora foi a alimentação e o estudo, e graças a Deus hoje me considero rica, hoje eu tenho meu salário de aposentada (*idem*)

Essa ex-beneficiária relata sua opinião sobre as pessoas que criticam os beneficiários, acusando-os de “preguiçosos”, “vadios”, “parideiras” e de outros termos. Segundo ela:

Fico triste quando vejo alguém dizer que nós não queremos trabalhar, só porque o governo dá dinheiro pra gente. Eu queria ver essas pessoas viverem com esse dinheirinho que os bolsistas recebem. Só quem é pobre sabe o que é ter dia que você só tem água e sal em casa. Você olhar para um filho e não ter comida para ele é triste. Não conto às vezes que meu marido saía para trabalhar e o patrão dava como pagamento um quilo de feijão e uma rapadura. Muitas vezes eu lavava roupa por uma quantia que não comprava quase nada. Hoje só porque nós não precisamos mais se sujeitar a ganhar o que eles querem pagar, chamam a gente de preguiçosos. Eu sei o que nós passamos. Só quem sabe o que é a

necessidade é quem passou por ela. (SÔNIA EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/2017)

Na periferia de Catolé do Rocha/PB [bairro Tancredo Neves], entrevistamos as duas últimas ex-beneficiárias do PBF, Maria do Carmo de 45 anos e Janaina Ferreira de 38. Essas senhoras tiveram seu desligamento do programa em função de terem conseguido trabalho com carteira assinada, sendo que a primeira [dona Maria do Carmo] trabalha na UEPB *campus* IV, como prestadora de serviço, e a segunda [dona Janaina Ferreira], trabalha em uma fábrica de alumínio na cidade. Na ocasião da entrevista as duas senhoras estavam de folga e se dispuseram a responder nosso questionário, desde que não divulgássemos suas identidades.

Segundo dona Maria do Carmo, sua permanência no programa foi de 08 anos. Como ela disse, “foi um tempo difícil porque eu não tinha emprego, e meu marido trabalhava como servente em obras. Com as crianças pequenas precisando estudar, o programa foi a salvação”.

Janaína afirma ter ficado por 10 anos como beneficiária, saindo apenas quando conseguiu um trabalho em uma fábrica de alumínio na cidade. Ao questionar sobre os efeitos do PBF para a região, Maria do Carmo diz:

Eu acho que pelo fato do programa proporcionar uma melhoria de vida para as pessoas isso já faz com que a região se desenvolva. Outra coisa que temos que ver é que os beneficiários são obrigados a manter seus filhos estudando, sem falar que o dinheiro do Bolsa Família circula na cidade e melhora o comércio. (MARIA DO CARMO, EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/2017)

Sobre as mudanças que o PBF trouxe para suas vidas, Maria do Carmo diz:

O Bolsa Família fez uma grande diferença na minha vida. Eu só tive dois filhos, mas era muito difícil quando eu não tinha emprego e não recebia a bolsa. Eu trabalhava nas casas como doméstica, o ganho era muito pouco, as mulheres pagavam o que queriam. Só quando eu passei a receber a bolsa foi que as coisas começaram a melhorar. Eu não era mais obrigada a trabalhar todos os dias e, assim, eu podia cuidar melhor de meus filhos. Depois disso eu voltei à escola, reiniciei meus estudos e terminei o ensino médio. Tudo bem que foi no EJA, mas o que vale é terminar e eu terminei. Até que apareceu essa vaga para trabalhar na limpeza na UEPB e eu agarrei com unhas e dentes.

Para Janaína,

O que melhorou bastante foi a alimentação da minha família. Passamos uma vida difícil antes do programa. Até fome passamos. O senhor não imagina o que é uma mãe olhar para um filho pedindo alguma coisa pra comer e a gente não ter o que dar. É triste. Então se eu tiver que mostrar uma mudança na minha vida com o programa, foi a certeza de não passar mais fome. (JANAINA FERREIRA, EX-BENEFICIÁRIA, ENTREVISTA REALIZADA EM 18/05/2017)

A ex-beneficiária faz questão de enfatizar o nome de Lula como o *presidente que se lembrou dos pobres*. A fala de Janaína mostra algo que Cohn (2012) já observara em *Cartas ao Presidente Lula*, ou seja, uma identificação com o ex-presidente Lula das pessoas que escreviam para ele na época. O trabalho de Cohn mostrou uma relação quase intrínseca das beneficiárias no sentido de se identificam com o ex-presidente Lula pelo fato do mesmo ter tido uma origem pobre e nordestina, e é essa simetria que também observamos nessa e em outras falas de beneficiárias em pesquisas anteriores por nós conduzidas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa intenção de pesquisa inicialmente era tentar estabelecer as relações entre o PBF e o desenvolvimento. Com os questionamentos a respeito da propriedade do conceito de desenvolvimento construídos ao longo do Mestrado e também percebendo que reunir evidências consistentes sobre a relação a ser observada era uma impossibilidade, modificamos nosso objetivo para tentar entender, seguindo uma tendência observada na literatura sobre o PBF (*Cf. VIEIRA et al., 2016; CASTRO et al. 2009, apud RABELO, 2014*), como os habitantes de Catolé do Rocha, a partir de suas posições sociais, constroem suas visões a respeito dos efeitos do PBF.

Além do balanço das linhas argumentativas que orientam os discursos sobre os efeitos do PBF na literatura especializada e não especializadas, este trabalho oferece um painel das percepções construídas localmente, através de uma pesquisa empírica feita a partir da constituição de uma amostra intencional de indivíduos, o que restringe seu poder de generalização estatística. De qualquer modo, cabe destacar algumas tendências encontradas nos discursos dos entrevistados de várias posições sociais relativas aos efeitos do PBF sobre as dinâmicas socioeconômicas locais e sobre suas vidas.

Entre os comerciantes, destacou-se a concepção de que o PBF e os recursos advindos da aposentadoria rural e urbana são mecanismos importantes para as dinâmicas econômicas locais. Suas falas apontam não somente para uma impressão vaga da importância desses aportes à renda circulante no município, mas se traduzem em ações concretas de organização de suas atividades, sendo narradas percepções sobre a eficiência do programa no que se refere ao aumento do poder de compra, seja de gêneros alimentícios, vestuário e material escolar.

As beneficiárias e ex-beneficiárias que entrevistamos destacaram as mudanças experimentadas pela participação no PBF em termos da condicional da educação. Foi recorrente o reconhecimento das chances de progressão social por meio dos estudos dos filhos. Foi significativamente frequente falas como: “meus filhos têm que estudar para não passar o que eu passei”; “quem não estuda como consegue um emprego que vala à pena?”; “meu pai não deixava a gente estudar porque tínhamos que trabalhar na roça, por isso é que

eu quando muito consigo é uma lavagem de roupa ou faxina pra fazer”; “quem não estuda anda pra trás igual caranguejo” e, por fim, “os estudos é a última esperança do pobre”.

Nossa pesquisa evidenciou a importância conjunta do PBF e da aposentadoria rural e urbana sobre a atividade econômica local. Quando analisamos os montantes financeiros que o Bolsa Família e o INSS pagam de benefícios mensalmente em Catolé do Rocha/PB, o que vemos é uma grande supremacia numérica do segundo sobre o primeiro. Ou seja, enquanto o PBF pagou de benefícios R\$ 630.800,00 em junho de 2017, o INSS em dezembro de 2016 pagou aos seus beneficiários a quantia de R\$ 11.864.213,00 para um total de 14.163 beneficiários. Ou seja, os valores do INSS superam 18,8 vezes o valor pago pelo Bolsa Família na região (INSS, 2016; MDSA, 2017).

Ficou claro o uso de estratégias por parte de alguns beneficiários para se manterem vinculados ao programa. Pessoas com renda acima da estabelecida pelo programa permanecem vinculadas ao mesmo, sendo desligadas apenas quando das revisões periódicas operacionalizadas pela racionalidade burocrática do PBF.

Quanto às opiniões socialmente construídas do efeito *ociosidade* do PBF, são reproduzidas nas falas dos de fora do programa e questionadas pelos que fazem ou fizeram parte dele como beneficiárias. Nas falas dos *de fora*, encontramos a percepção de que as pessoas buscam incessantemente se integrarem a algum tipo de trabalho, mesmo os que implicam em baixa precificação, reconhecendo-se, geralmente, a necessidade de completar a renda recebida devido à participação do PBF. Entre os *de fora* encontramos também referências à possibilidade de que eles agora têm de não se submeterem a *qualquer tipo de trabalho*.

5. REFERÊNCIAS

ALBERINI, Marilene. Nos limites do viver e do sobreviver: o programa Bolsa Família, modos de vida e desenvolvimento social no contexto urbano. **Dissertação** defendida no Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública da USP, 2010.

ALMEIDA, Márlon Luiz de; SILVA, José Luis Gomes da. Os Programas de Transferência de Renda no Brasil e sua relação com a melhoria da qualidade de vida da população pobre e extremamente pobre: um estudo sobre o Bolsa Família. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 12, n. 3, set-dez/2016, pp. 60-80, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: [file:///C:/Users/Computador/Downloads/2513-5361-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Computador/Downloads/2513-5361-1-PB%20(1).pdf)

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Susana. **O Programa Bolsa Família e as taxas de fecundidade no Brasil**. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania - Brasília: Ipea, 2013, pp. 234-245.

ANANIAS, Patrus. Sobre o dever de mudar a realidade: o papel do estado na promoção de políticas sociais em um modelo de desenvolvimento integral. In: **Políticas sociais para o desenvolvimento**: superar a pobreza e promover a inclusão; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Organizadoras: Maria Francisca Pinheiro Coelho, Luziele Maria de Souza Tapajós e Monica Rodrigues. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010, pp. 315-332. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf> (acesso em novembro de 2017).

AZEVEDO, R. Lula e a poesia da miséria. **Veja**, São Paulo, 29 jul. 2009. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/lula-e-a-poesia-da-miseria/>

BARBOSA, Vanecilda de Sousa; PAULO, Maria de Assunção Lima de. O Bolsa Família e sua contribuição para o desenvolvimento local. In: **Anais do XV ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE e PRÉ-ALAS BRASIL**. 04 a 07 de setembro de 2012, UFPI, Teresina-PI. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-44.pdf>

BARROS, R. P.; CARVALHO, M. Proteção social efetiva com porta de saída. In: LEVY, P. M.; VILLELA, R. (Org.). **Uma agenda para o crescimento econômico e a redução da**

pobreza. Brasília, DF: IPEA, 2006. p. 31-37. (Texto para Discussão, 1234). Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1234.pdf

BISCHOFF, Leila Maria. Avaliação do Programa Bolsa Família no município de Taquara-RS. **Dissertação de Mestrado**, defendida nas Faculdades Integradas de Taquara. 2015, 113p. Disponível em:

<https://www2.faccat.br/portal/sites/default/files/Leila%20Bischoff.pdf>

BRÍGIDO, C. Presidente de pastoral da CNBB diz que Bolsa Família é 'assistencialista' e 'vicia'. **O Globo**, Rio de Janeiro, 17 nov. 2006. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/in/presidente-de-pastoral-da-cnbb-diz-que-bolsa-familia-assistencialista-vicia-4547390#ixzz4aDt2Ote1>

CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**—Brasília: Ipea, 2013.494 p.

CARNELOSSI, Bruna. **O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional.** Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 125, jan./abr., 2016, pp. 124-147. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n125/0101-6628-sssoc-125-0124.pdf>

CASTRO, H. C. de O. et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v.15, n. 2, 2009, pp. 333-355. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v15n2/03.pdf>

CASTRO, Josué, **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço** — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

COHN, Amélia, **Cartas ao presidente Lula. Bolsa Família e direitos sociais** / Amélia Cohn. Rio de Janeiro: Pensamento brasileiro, 2012.

COSTA, Abraão Batista. A vida dos beneficiários do Programa Bolsa Família “relatada” por vozes e falas dos sujeitos invisíveis na região semiárida da Paraíba: a revelação sociológica entre o mito da acomodação e a legitimidade da ascensão social. **Trabalho de Conclusão de Curso**, apresentado à Universidade Estadual da Paraíba UEPB, em 2015. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/123456789/8063>

COSTA, Nilson do Rosário. A proteção social no Brasil: universalismo e focalização nos governos FHC e Lula. **Ciência & Saúde Coletiva**, 14(3), 2009, pp. 693-706. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v14n3/02.pdf>

FARIA, Adriana Ancona de; SILVA, Roberto Baptista Dias da. Direito à alimentação, transferência de renda e progressividade: o caso do programa Bolsa Família no Brasil. **Revista Jurídica da Presidência**. Brasília v. 18 n. 114 Fev./Maio 2016, pp. 145-168. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/1210-2641-1-PB.pdf>

FERRAZ, Lúcio Flávio. **Programa Bolsa Família impacto na distribuição de renda**. Brasília; 2008. Disponível em: <http://www.sinteseeventos.com.br/ciso/anaisxvciso/resumos/GT20-44.pdf>

FOGUEL, M. N.; BARROS, R. P. The effects of conditional cash transfer programmes on adult labour supply: an empirical analysis using a time-series-cross-section sample of Brazilian municipalities. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 40, Junho de 2010, pp. 259-293. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612010000200001

FRONZA, Paula. Programa Bolsa Família: contribuições para o enfrentamento à pobreza. **Dissertação de Mestrado** defendida na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2010. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/462/1/423303.pdf>

FURTADO, Celso. **Essencial**. Organização, apresentação e nota de Rosa Freire de Aguiar – 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics, Companhia das Letras, 2103.

G1, Economia. **Brasil terá até 3,6 milhões de 'novos pobres' em 2017, diz Bird**. Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/noticia/brasil-tera-ate-36-milhoes-de-novos-pobres-em-2017-diz-bird.ghtml>

GRISOTTI, Márcia; GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz G. Visões parciais da pobreza e políticas sociais recentes no Brasil. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2 p. 210-219 jul./dez. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/08.pdf>

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: síntese de indicadores 2014/ IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/ranking>

INSS. Instituto Nacional de Seguridade Social. **Arrecadação e benefícios emitidos pela previdência social nos municípios brasileiro em 2016**. Disponível em: <http://www3.dataprev.gov.br/scripts/10/dardoweb.cgi>

JANNUZI, Paulo Martino & PINTO, Alessandro Rodrigues. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. *In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania - Brasília: Ipea, 2013. Cap: 10, pp. 179-192.*

KAMEL, A. Bolsa-eletrodoméstico. **O Globo**, Rio de Janeiro, 04 mar. 2008. Disponível em: <https://arquivoetc.blogspot.com.br/2008/03/ali-kamel-bolsa-familia-agora-compra.html>

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 1, 2009, pp. 53 a 83. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/dados/v52n1/v52n1a02.pdf>

LAVINAS, L.; CAVALCANTI, A. O legado da Constituição de 1988: é possível incluir sem universalizar? **Carta Social e do Trabalho**, Campinas, n. 7, 2007, pp. 248-343. Disponível em: file:///C:/Users/Computador/Downloads/Versao_integral7.pdf

LOPES, Márcia. Bolsa Família não vicia, diz ministra. Entrevista ao Jornal do Brasil. 20/05/2010. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/05/20/bolsa-familia-nao-vicia-diz-ministra/>

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. Pobreza, seguridade e assistência social: desafios da política social brasileira. **Rev. Katál**. Florianópolis v. 13 n. 2, jul./dez. 2010, pp. 173-180. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v13n2/04.pdf>

MDS, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Portal Brasil. 2015. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/01/modelo-do-bolsa-familia-foi-exportado-para-52-paises>

MDSA. Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. **Relatório de Informações Sociais**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#VisãoGeralBrasil>

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, v. 79, 2007, pp. 5-21. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/nec/n79/01.pdf>

MESQUITA, Camile Sahb. **O Programa Bolsa Família: Uma análise do seu impacto e alcance social.** (Dissertação de Mestrado). Universidade de Brasília – UnB. 139, p. 2007.

Disponível em:

http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/3144/1/2007_CamileSahbMesquita.pdf

MÜLLER, Luiz. **Bolsa Família – depois de Japão e EUA, agora é a vez da Suíça copiar o programa social.** Blog. Disponível em: <https://luizmuller.com/2014/06/16/bolsa-familia-depois-de-japao-e-eua-agora-e-a-vez-da-suica-copiar-o-programa-social/>

NACIONAL, Tesouro. **Gasto Social do Governo Central 2002 a 2015.** Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/318974/Gasto+Social+Governo+Central/c4c3d5b6-8791-46fb-b5e9-57a016db24ec>

NERI, Marcelo Cortes; CARVALHAES, Luísa; MONTE, Samanta. Atlas do bolso dos brasileiros. *In: Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Organizadoras: Maria Francisca Pinheiro Coelho, Luziele Maria de Souza Tapajós e Monica Rodrigues. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010, pp. 73-100.

Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf>

NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira. Efeitos macroeconômicos do programa Bolsa Família: uma análise comparativa das transferências sociais. *In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania - Brasília: Ipea, 2013, pp. 193-206.*

OLIVEIRA, L. F. B. d.; SOARES, S. S. O que se sabe sobre os efeitos das transferências de renda sobre a oferta de trabalho. *In: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2012.* Disponível em:

http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/1161/1/TD_1738.pdf

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES; Sergei S. D. “Efeito Preguiça” em Programas de Transferência de Renda? *In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Côrtes. Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania - Brasília: Ipea, 2013, pp. 341-358.*

ONU. **Relatório sobre Erradicação da Pobreza**. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/591/01/PDF/N1159101.pdf?OpenElement>

OSORIO, Rafael Guerreiro; SOUZA, Pedro H. G. F.; SOARES, Sergei S. D.; OLIVEIRA, Luis Felipe Batista de. Perfil da pobreza no Brasil e sua evolução no período 2004-2009. *In: Texto para discussão 1647*, IPEA, Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1647.pdf

PEREIRA P. A. P. **Política social: temas e questões**. São Paulo: Cortez, 2008.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

PICANÇO, João Paulo. O BNDES e a luta pela superação da pobreza no Brasil - um desafio nacional. **Dissertação de Mestrado**, defendida na universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/images/pos-graduacao/pepi/Dissertao_Joo_Picano_UFRJ_Prmio.pdf

PROSPERI, Luciene de Oliveira; FRIAS, Lincoln Thadeu Gouvêa de. O Programa Bolsa Família como parte do Programa Brasil Sem Miséria e sua relação com a segurança para a inserção laboral do beneficiário. *In: Qualitas Revista Eletrônica*, v.17 n.3 - set.-dez./2016, pp.174-195. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/2849-10203-1-PB.pdf>

RABELO, Maria Mercedes. **Redistribuição e Reconhecimento do Programa Bolsa Família: A Voz das Beneficiárias**. [Tese de Doutorado], Porto Alegre, 2011, p. 288. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/20141127ebook-bolsa-familia.pdf>

RAMACCIOTTI, Nathália Nabor. Percepções das condicionalidades nos programas de transferência de renda: o caso das beneficiárias do CRAS Morro Nova Cintra, Santos, São Paulo. **Dissertação** defendida no Curso de Mestrado em Ensino de Ciências da Saúde, Universidade Federal de São Paulo, 2014. Disponível em:

http://www2.unifesp.br/centros/cedess/mestrado/baixada_santista_teses/003_bx_nathaliana_bor_tese.pdf

RECONDO, Felipe. Dirceu diz que críticas ao Bolsa Família são “cegueira sectária” da oposição. **Folha Online**. Brasília, 30 Jun. 2006. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u79989.shtml>

REGO, Valquíria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania** - São Paulo: Editora Unesp, 2013.

REGO, Walquíria Leão. **Preconceito contra Bolsa Família é fruto da imensa cultura do desprezo, diz pesquisadora**. Entrevista ao jornal Estadão. 20/10/2013. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/blogs/roldao-arruda/bolsa-familia-deu-mais-liberdade-aos-pobres-diz-pesquisadora/>

RIBAS, R. P.; SOARES, F. V. **Is the effect of conditional transfers on labor supplynegligible everywhere?** 2011. Disponível em:

http://www.iza.org/conference_files/worldb2011/ribasr6802.pdf.

ROCHA, Sonia. **Transferências de renda no Brasil. O fim da pobreza?** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

ROCHA, Sonia. O Programa Bolsa Família evolução e efeitos sobre a pobreza. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 1 (41), abr. 2011, pp. 113-139. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v20n1/v20n1a05>

ROSINKE, João Germano; HERC, Cláudia Regina; DALFOVO, Wylmor Constantino Tives; RUSCHEINSKY, Aloisio. Efeitos Sociais e Econômicos para o Desenvolvimento Local através das contribuições do Programa Bolsa Família no município de Sinop MT no período de 2004 a 2009. **INTERAÇÕES**, Campo Grande, v. 12, n. 1 p. 77-88, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/inter/v12n1/08.pdf>

SAMPAIO, Arlete. As políticas de desenvolvimento social no Brasil. *In: Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*; Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Organizadoras: Maria Francisca Pinheiro Coelho, Luziele Maria de Souza Tapajós e Monica Rodrigues. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. 360p. 357-358.p. ISBN: 978-85-60700-37-0. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf>

SANTANA, Jomar Álace. A evolução dos programas de transferência de renda e o Programa Bolsa Família. *In: Anais do Seminário População, Pobreza e Desigualdade*, realizado em Belo Horizonte – Brasil, de 5 a 7 de novembro de 2007. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/SeminarioPopulacaoPobrezaDesigualdade2007/docs/Se mPopPob07_1019.pdf

SANTIAGO, Homero. Dinheiro, liberdade, democracia (conceitos do Bolsa Família). **Cadernos de Ética e Filosofia Política**, Número 25, 2014, pp. 166-189. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/100293-174989-1-SM.pdf>

SANTOS, WG. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Campus; 1987.

SARDAN, Jean Pierre Olivier de; HAMANI, Oumarou; ISSALEY, Nana; ISSA, Younoussi; ADAMOU, Hannatou & OUMAROU, Issaka. O maná, as normas e as suspeições: as contradições da transferência de renda vistas de baixo. *In: Revista Raízes*, Vol 66, Julho, 2015, pp. 17- 34.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SICSÚ, João, **Dez anos que abalaram o Brasil: e o futuro?** 1ª ed. – São Paulo Geração Editorial, 2013.

SILVA, Ana Paula Queiroz da. Política de transferência de renda e desenvolvimento local: o programa Bolsa Família no município de Pedra Grande/RN. **Dissertação** defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/AnaPQS.pdf>

SILVA, J. P. Reconhecimento, redistribuição e as ambivalências do discurso sobre o Bolsa Família. *In: Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v. 45, n. 3, 2009, pp. 96-205. Disponível em: [file:///C:/Users/Computador/Downloads/4899-15832-1-SM%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Computador/Downloads/4899-15832-1-SM%20(1).pdf) (Acesso em janeiro de 2018).

SILVA, Jairo Bezerra; ZIMMERMANN, Clóvis; SOBRINHO, Lemuel Dourado Guerra; JUNIOR Edivan da Silva Nunes; FERNANDES, Marcionila; COSTA, Abraão Batista. Para além de questões eleitorais: o Programa Bolsa Família e seus impactos sobre famílias beneficiárias no semiárido paraibano. Capítulo XVIII, pp. 241-262. *In: Democracia BR: o momento político atual*. Cláudio André de Souza & Jaime Barreiros Neto (coords.) – Salvador: Faculdade Baiana de Direito, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 12(6), 2007, pp. 1429-1439. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a04.pdf>

SILVA, Maria Ozanira da Silva. A trajetória dos programas de transferência de renda e seus desafios atuais: articulação com políticas estruturantes e unificação. **Pensar BH/Política Social**. Abril/Junho de 2006. Disponível em:

[file:///C:/Users/Computador/Downloads/pensarbh_ed15_trajetoria_programas%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Computador/Downloads/pensarbh_ed15_trajetoria_programas%20(2).pdf)

SIMMEL, G. *Les pauvres*. Paris: Presses Universitaires de France, [1907] 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000100013

SINGER, André Vitor, **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. - 1ª ed- São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOARES, F.; SOARES, S.; MEDEIROS, M.; OSÓRIO, R. **Programas de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade**. Brasília: Ipea, 2006. (Texto para Discussão, n. 1228). Disponível em:

http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/TDs/td_1293.pdf

SOUSA, Juliane Martins Carneiro de. A superação da pobreza através da distribuição justa das riquezas sociais: uma análise da consistência teórica do Programa Bolsa Família e das perspectivas dos beneficiários de saída autossustentada do Programa. (Dissertação defendida na Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/3351>

SOUTO, Stephanie Duarte. O Programa Bolsa Família desestimula a oferta de trabalho? **Monografia** defendida na Universidade Federal de Alfenas. Varginha/MG, 2014. Disponível em:

https://www.unifalmg.edu.br/economia/sites/default/files/economia/4_monografias/2014_2_Monografia%20Stephanie%20Duarte%20Souto.pdf

SOUZA Luana Passos de. Políticas sociais: a análise da eficácia do Programa Bolsa Família para a redução dos índices de pobreza no período do governo Lula. **Dissertação**, defendida na Universidade Estadual de Feira de Santana - Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. 2013. Disponível em:

http://www1.uefs.br/portal/colegiados/curso_economia/menus/producao-discente/2013-%20PASSOS-Luana.pdf

SOUZA, Jessé *et al.* **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira:** ou como o país se deixa manipular pela elite / São Paulo, LeYa, 2015. 272p.

STANDING, Guy. Respondendo à crise da transformação global: porque uma renda básica é necessária. *In: Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão* - Simpósio Internacional sobre Desenvolvimento Social. Organizadoras: Maria Francisca Pinheiro Coelho, Luziele Maria de Souza Tapajós e Monica Rodrigues. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010, pp. 51-72. Disponível em:

<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001907/190752por.pdf>

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. **Renda de Cidadania:** a saída é pela porta. São Paulo: Cortez, 2002.

TAVARES, P. A.; PAZELLO, E. T.; FERNANDES, R.; CAMELO, R. S. Uma avaliação do Programa Bolsa Família: focalização e impacto na distribuição de renda e pobreza. Ribeirão Preto, RCIPEA, 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000181&pid=S0104-0618201000030000800023&lng=pt

TAVARES, Priscila Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), dez. 2010, pp. 613-635. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/8642682-14429-1-SM.pdf>

TESTA, Maurício Gregianin; FRONZA, Paula; PETRINI, Maira; PRATES, Jane Cruz. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Rev. Adm. Pública** — Rio de Janeiro 47(6), nov./dez. 2013, pp. 1519-1541. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v47n6/09.pdf>

TREVISANI, J. D. Avaliação da implementação das condicionalidades de saúde do PBF e seu papel no cuidado à saúde. **Tese** (Doutorado em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/Jorginete.pdf>

UOL, notícias. **Pela 1ª vez na década, Brasil deixa de avançar em ranking de qualidade de vida.** Gabriela Fujita. São Paulo, 21/03/2017. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/03/21/pela-1-vez-nesta-decada-brasil-deixa-de-avancar-em-ranking-de-qualidade-de-vida.htm>

VIEIRA, Kelmara Mendes; FRAGA, Luana Santos; POTRICH, Ani Caroline Grigion; SANTOS, Luis Felipe de Oliveira; MORAIS, Gabrielli Fonseca de; GIACOMELLI, Letielle Martins. Percepção e conhecimento dos universitários sobre o Programa Bolsa Família. *In: Revista de Pesquisa em Políticas Públicas*, nº 07 – 1º Semestre de 2016. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/18208-61681-1-PB.pdf>

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto; SILVA, Marina da Cruz. O Programa Bolsa Família: lições da experiência alemã. *In: Revista Espaço Acadêmico*, nº 98, Ano IX, Julho de 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/Computador/Downloads/7329-25062-2-PB.pdf>

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: o caso do Bolsa Família do governo lula no Brasil. *In Sur - Revista Internacional de Direitos Humanos*, Nº 4. Vol. 3, 2006, pp. 144-159. São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-64452006000100009

PEIXOTO, Socorro Leticia Fernandes. Os significados do programa Bolsa Família na vida das mulheres: um estudo na comunidade Morro da Vitória. **Dissertação** defendida na Universidade Estadual Do Ceará, 2010. Disponível em: [http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/socorro_leticia\[1\].pdf](http://uece.br/politicasuece/dmdocuments/socorro_leticia[1].pdf)

SOUZA, Jessé. **Os Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.